

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA UTILIZANDO METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING) EM ATENDIMENTO AOS ORGAOS DEMANDANTES.**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA  
Dia 17/04/2026 às 08:30h (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:  
MENOR PREÇO GLOBAL**

**MODO DE DISPUTA:  
ABERTO**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:  
NÃO**

## **PREÂMBULO**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026**

Torna-se público que o **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS**, CNPJ n. 19.493.732/0001-99, com endereço na Praça Antônio Alves da Costa, nº 300, Vila São Pedro, cidade de Araxá/MG, neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. Frederico Ozanan Rangel – Prefeito Municipal de Santa Rosa da Serra/MG, através do Pregoeiro Sr. Luiz Cláudio Ferreira e equipe de apoio designados pela Portaria nº 002/2026, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e Portarias nº 11/2023, 18/2023, 21/2023, 31/2024, 001/2025 e 22/2025, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

<b>LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:</b>
---

Dia 17/04/2026 às 08:30h
--------------------------

<b>ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:</b>
---

Dia 17/04/2026 às 08:30h
--------------------------

<b>SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a></b>
---

## **1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA UTILIZANDO METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING) EM ATENDIMENTO AOS ORGAOS DEMANDANTES.**

**1.2.** A licitação será de **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme exigências constantes do Termo de Referência - **ANEXO I.**

**1.3.** A contratação será realizada em **ITEM ÚNICO**, abrangendo todos os sete grupos de serviços acima descritos, de forma integrada e indissociável.

**1.4.** As especificações técnicas completas, quantitativos, condições de execução e demais informações encontram-se detalhadas no Termo de Referência (Anexo I) e Planilha Orçamentária (Anexo IV).

**1.5. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:** A presente contratação está em consonância com o Decreto Federal nº 10.306/2020, que institui a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling (Estratégia BIM-BR), contribuindo para a modernização da gestão pública e para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 7, 9, 11, 12 e 13).

**1.6.** São Municípios demandantes do presente processo licitatório:

01	PATROCÍNIO
02	BAMBUÍ
03	CAMPOS ALTOS
04	COROMANDEL
05	NEPOMUCENO
06	PLANURA
07	PRESIDENTE OLEGÁRIO
08	SACRAMENTO
09	SERRA DO SALITRE
10	TUPACIGUARA
11	CAMPO FLORIDO
12	DORESÓPOLIS
13	ESTRELA DO INDAIÁ
14	ESTRELA DO SUL
15	INDIANÓPOLIS
16	LAGAMAR
17	MORADA NOVA DE MINAS
18	PEDRINÓPOLIS
19	PIMENTA
20	PRATÁPOLIS
21	SANTANA DA VARGEM
22	SANTA ROSA DA SERRA
23	SÃO ROQUE DE MINAS
24	TAPIRA
25	TAPIRAÍ
26	TIROS
27	VARJÃO DE MINAS
28	VARGEM BONITA
29	JAPARAÍBA
30	ITAPECERICA

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

**2.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços e legislação vigente.

**2.2.** O Artigo 6º da Lei Federal de nº 14.133/2021 em seu inciso XLV, prevê que o Sistema de Registro de Preços é o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

**2.3.** Deverá ser observado neste certame as disposições contidas no Artigo 82 e incisos da Lei

Federal de nº 14.133/2021, sendo que a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Consórcio Público CIMINAS a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

**2.4.** Por se tratar de licitação na Modalidade Registro de Preços, os Municípios filiados ao Consórcio Público CIMINAS, poderão contratar quaisquer quantitativos que entenderem, não tendo ainda obrigação de efetuarem quaisquer contratações, razão pela qual, não constará reservado quantitativos para os Municípios, pois as contratações irão depender do interesse público, da demanda de obras e serviços, da conveniência administrativa e da disponibilidade de recursos financeiros.

**2.5.** Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

**2.6.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso e o contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, conforme disposto no Artigo 84º da Lei Federal de nº 14.133/2021.

### **3. DO AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** Neste certame foi obedecido o disposto no Caput do Artigo 86º da Lei Federal de nº 14.133/2021, quando foi devidamente publicado no Site do CIMINAS o Aviso de Manifestação de Intenção de Registro de Preços, tendo sido publicado no dia 25/10/2025, quando foi obedecido o prazo mínimo legal de 08 (oito) dias úteis.

### **4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar deste Pregão eletrônico todos os interessados que estiverem previamente credenciados no portal LICITANET ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

**4.2.** Os interessados devem possuir ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

**4.3.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**4.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item 4.4 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.6.** A não observância do disposto no item 4.5 poderá ensejar desclassificação ou inabilitação.

**4.7.** Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o micro empreendedor individual –

MEI

**4.8.** O valor previsto para o presente Edital é superior aos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n. 8.538, de 2015 e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.9.** Poderão participar da licitação pessoas jurídicas reunidas ou não sob a forma de consórcio, sendo vedada a participação de empresas consorciadas em mais de um consórcio ou isoladamente, bem como a participação de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um consórcio.

**4.10.** As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos exigidos neste Edital, comprovação de compromisso público de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a empresa líder, estabelecendo responsabilidade solidária com a indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciada, bem como a etapa da participação na execução dos serviços objeto da presente licitação, nos termos do disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.11.** O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de execução do objeto licitatório até sua aceitação definitiva.

**4.12.** A eventual substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo município aderente demandante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório.

**4.13.** A não comprovação de habilitação jurídica e qualificação técnica de alguma empresa integrante ao consórcio, resultará na **DESCCLASSIFICAÇÃO** da mesma.

**4.14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:**

**4.14.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

**4.14.2.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

**4.14.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**4.14.4.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**4.14.5.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**4.14.6.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha

sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**4.14.7.** O impedimento de que trata o item 4.14.6, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.14.8.** O licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.14.9.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.14.10.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.14.11.** Que constem no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e/ou tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público.

**4.14.12.** Impedidas de licitar ou contratar com a contratante, bem como, com os municípios filiados e sua Administração Direta e Indireta.

**4.14.13.** Inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF como impedidas ou suspensas, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

**4.14.14.** Que constem no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

**4.14.15.** Sob processo Recuperação Judicial ou Falência, conforme dispõe a Lei Federal nº 11.101/2005.

**4.14.16.** É possível a participação de empresa em Recuperação Judicial no processo licitatório, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2a Cam., DOU de 04.10.2011).

**4.14.17.** A empresa em recuperação judicial deve apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do artigo 58 da Lei Federal nº 11.101/2005.

**4.14.18.** A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de



empresa que preste assessoria técnica.

**4.14.19.** Os documentos necessários à habilitação que foram juntados à plataforma eletrônica de licitações, serão objetos de conferência e autenticação pelos servidores designados como Agente de Contratação Responsável e/ou Equipe de Apoio.

**4.14.20.** Não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, de acordo com as hipóteses previstas no artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021 e neste edital.

**4.14.21.** Os preços contratuais serão reajustados monetariamente, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o decurso da anualidade da data do orçamento estimado, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), ou outro índice oficial que venha a sucedê-lo, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, em conformidade com o disposto no art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

**4.14.22.** O índice de reajustamento de preço será o INPC/IBGE. Caso este índice seja extinto ou deixe de ser divulgado pelo órgão oficial competente, será adotado outro índice oficial que melhor reflita a variação dos custos dos insumos relacionados ao objeto contratual, mediante justificativa técnica e aprovação do Consórcio.

**4.14.23.** O primeiro reajuste somente ocorrerá após o decurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, mesmo que a execução contratual se inicie em data posterior.

**4.14.24.** Os reajustes subsequentes observarão o mesmo intervalo anual, tendo como termo inicial a data do último reajuste aplicado.

**4.14.25.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 01 (um) ano, a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**4.14.26.** Ficam ressalvadas as situações previstas no artigo 124 da Lei n. 14.133/2021.

**4.14.27.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

## **5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**5.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o Ato Convocatório, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site **www.licitanet.com.br**, sob pena de não conhecimento.

**5.2.** Caberá ao Pregoeiro Responsável responder aos pedidos de esclarecimentos e decidir sobre a impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, bem como ao Departamento requisitante do objeto do certame.

**5.3.** Qualquer modificação no Edital exigirá divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardando o tratamento isonômico aos licitantes.

**5.4.** A impugnação não possui efeito suspensivo, assim sendo, o proponente/licitante que interpor a impugnação não estará impedido de participar do certame.

**5.5.** Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**5.6.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **6.1. NA PRESENTE LICITAÇÃO, A FASE DE HABILITAÇÃO SUCEDERÁ AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES E DE JULGAMENTO.**

**6.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO", (conforme solicita o sistema), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se à, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

**6.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**6.3.1.** Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

**6.3.2.** Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

**6.3.3.** Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

**6.3.4.** Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

**6.3.5.** Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**6.3.6.** Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.

**6.3.7.** Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

**6.3.8.** Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

**6.3.9.** Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº



123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021. ( ) Sim, ME ( ) Sim, EPP ( ) Não, outros enquadramentos.

**6.3.10.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.3.11.** O fornecedor classificado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar sua condição no campo específico do sistema eletrônico. No entanto, em razão do elevado valor da contratação, este processo não concederá os benefícios previstos para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme vedação estabelecida no Art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

**6.3.12.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**6.3.13.** A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021, e neste Edital.

**6.3.14.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**6.3.14.1.** Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

**6.3.15.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela contratante ou de sua desconexão.

**6.3.16.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**6.3.17.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**6.3.18.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

**6.3.19.** A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro Responsável.

**6.3.20.** Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

**6.3.21.** A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades legalmente previstas (artigo 90, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021), sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou pela revogação da licitação.

**6.3.22.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da

mesma.

**6.3.23.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**6.3.24.** Caso o licitante arrematante do certame não tenha apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será este inabilitado, podendo ser aplicadas as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocado o próximo seguindo a ordem de classificação.

**6.3.25.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

**6.3.26.** Todas as entregas deverão ocorrer no endereço informado na Ordem de Fornecimento da contratante ou de cada município, órgão ou entidade.

**6.3.27.** A documentação referente a Habilitação somente será solicitada dos licitantes vencedores após fase de disputa, não havendo necessidade do envio em conjunto ao cadastramento da proposta.

**6.4.** Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, nos termos que preconiza o artigo 58 da Lei 14.133/2021.

**6.4.1.** A garantia de proposta **não poderá ser superior a 1% (um por cento)** do valor estimado para a contratação.

**6.4.2.** A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

**6.4.3.** Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

**6.5.** A garantia deverá ser apresentada no momento da entrega da proposta, conforme dispõe a lei.

## **7. DA INVERSÃO DE FASES**

**7.1.** A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, nos termos do art. 17, §1º da Lei n.º 14.133/21, na qual a fase de habilitação dos licitantes precederá à fase de apresentação de propostas e lances, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame, conforme justificativa constante no Termo de Referência.

**7.2.** A inversão de fases terá por escopo a verificação prévia da habilitação e qualificação técnica dos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a administração.

**7.3.** Esta providência permitirá selecionar empresas que tenham plena capacidade jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, bem como econômico-financeira, mitigando as dificuldades enfrentadas com a atual Ata de Registro de Preços e com o contrato dela decorrente, garantindo o interesse público com a consequente contratação de empresa suficientemente estruturada jurídica, econômica

e tecnicamente.

**7.4.** A habilitação prévia da documentação possui um caráter de gerenciamento de riscos. Essa adoção de inversão das fases não causa prejuízos quanto à igualdade de condições, à competitividade, uma vez que o termo de referência estabelece critérios objetivos de habilitação, ou seja, a administração pública não será onerada com preços acima do praticado no mercado, obtendo preços justos com maior garantia de viabilidade de execução.

**7.5.** Entre os benefícios da adoção da inversão de fases, a antecipação da habilitação contribui para um ambiente de maior transparência, permitindo que todas as empresas possam competir em condições iguais desde o início. Essa transparência favorece também que todos os participantes estejam cientes dos critérios e requisitos necessários, evitando surpresas na fase de apresentação de propostas. Outra vantagem é a seleção mais criteriosa desde o início, pois o processo seletivo concentra-se na escolha de empresas mais qualificadas. Aquelas que possuem comprovada capacidade técnica e operacional são incentivadas a participar, resultando em uma concorrência de maior qualidade, ou seja, afastando eventuais "aventureiros" que participam apenas da fase de lances, diminuindo sobremaneira os preços.

**7.6.** A escolha de fornecedores qualificados desde o início também contribui para a continuidade e eficiência dos serviços, evitando interrupções indesejadas. Ao evitar a participação de empresas não qualificadas, contribui ainda para uma definição de preço mais realista e alinhado com as reais demandas, evitando subestimações que poderiam comprometer a qualidade do serviço.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** As declarações obrigatórias conforme Lei 14.133/2021, são atestadas pelo licitante no ato de cadastramento da proposta via sistema, não havendo necessidade de envio de declarações em conjunto aos documentos de habilitação.

**8.2.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira são:

**8.2.1.** Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com as respectivas alterações, se houver, devidamente registrado e arquivado na repartição competente.

**8.2.2.** Poderá ser apresentada somente a última alteração contratual, em atendimento ao subitem anterior, desde que esteja devidamente consolidada às demais alterações.

**8.2.3. OBSERVAÇÃO:** O(s) ramo(s) de atividade(s) constante(s) do Objeto Social (principal e/ou secundárias) deverá(ão) ser compatível(is) com o objeto ora licitado.

**8.2.4.** Documentos pessoais dos sócios administradores.

## **9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**9.1.** As exigências de qualificação técnica foram definidas de forma proporcional, razoável e estritamente vinculada à complexidade e à natureza do objeto, não configurando restrição indevida à competitividade, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

**9.2. CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, acompanhado(s) da(s)

respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico - CAT, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU:

ACERVO TÉCNICO MÍNIMO REQUERIDO			
ITEM	DISCIPLINA	ESPECIFICAÇÃO	ÁREA MÍNIMA
1	GERENCIAMENTO E/OU FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DE EMPREENDIMENTOS/ EDIFICAÇÕES PÚBLICAS.	Em BIM-Building Information Modeling)	40.000,00 m <sup>2</sup>
2	COORDENAÇÃO DE PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE INFRAESTRUTURA PÚBLICA OU EDIFICAÇÕES PÚBLICAS (EXCETO HABITACIONAL).	Em BIM-Building Information Modeling)	100.000,00 m <sup>2</sup>
3	COORDENAÇÃO DE PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE INFRAESTRUTURA PÚBLICA OU EDIFICAÇÕES PÚBLICAS.	Em BIM-Building Information Modeling)	50.000,00 m <sup>2</sup>
4	PROJETO DE ARQUITETURA E DE ACESSIBILIDADE DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS (EXCETO HABITACIONAL).	Em BIM-Building Information Modeling)	40.000,00 m <sup>2</sup>
5	PROJETO DE ARQUITETURA.	Em BIM-Building Information Modeling)	22.500,00 m <sup>2</sup>
6	PROJETO DE SISTEMA VIÁRIO E ACESSIBILIDADE.	Em BIM-Building Information Modeling)	20.000,00 m <sup>2</sup>
7	PROJETO COMPLEMENTARES DE EDIFICAÇÕES (EXCETO HABITACIONAL), CONTEMPLANDO ESTRUTURAS (CONCRETO E METÁLICO), CONTEMPLANDO INSTALAÇÃO HIDROSSANITÁRIO, IMPERMEABILIZAÇÃO PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, INSTAÇÕES ELÉTRICAS, SPDA, VENTILAÇÃO, EXAUSTÃO, CLIMATIZAÇÃO, CABEAMENTO ESTRUTURADO, AUTOMAÇÃO E LÓGICA E ORÇAMENTO.	Em BIM-Building Information Modeling)	40.000,00 m <sup>2</sup>
8	PROJETO DE ESTRUTURA DE CONCRETO.	Em BIM-Building Information Modeling)	10.000,00 m <sup>2</sup>
9	PROJETO DE INSTALAÇÃO HIDROSSANITÁRIO.	Em BIM-Building Information Modeling)	45.000,00 m <sup>2</sup>
10	PROJETO DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E CATÁSTROFE	Em BIM-Building Information Modeling)	40.000,00 m <sup>2</sup>
11	PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	Em BIM-Building Information Modeling)	45.000,00 m <sup>2</sup>
12	PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS SPDA	Em BIM-Building Information Modeling)	10.000,00 m <sup>2</sup>
13	PROJETO DE VENTILAÇÃO, EXAUSTÃO E CLIMATIZAÇÃO	Em BIM-Building Information Modeling)	20.000,00 m <sup>2</sup>

14	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, AUTOMAÇÃO E LÓGICA EM EDIFÍCIOS	Em BIM-Building Information Modeling)	40.000,00 m²
15	PROJETO DE GASES MEDICINAIS	Em BIM-Building Information Modeling)	4.000,00 m²
16	PROJETO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Em BIM-Building Information Modeling)	40.000 m
17	PROJETO DE REDE COLETORA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Em BIM-Building Information Modeling)	40.000 m
18	PROJETO DE TERRAPLENAGEM	Em BIM-Building Information Modeling)	30.000,00 m²
19	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	Em BIM-Building Information Modeling)	30.000,00 m²
20	PROJETO DE MICRODRENAGEM	Em BIM-Building Information Modeling)	15.000,00
21	PROJETO DE MACRODRENAGEM	Em BIM-Building Information Modeling)	15.000,00
22	PROJETO DE CANAIS PARA DRENAGEM URBANA	Em BIM-Building Information Modeling)	2.000,00
23	PROJETO DE MOBILIDADE URBANA, CONTEMPLANDO CORREDORES DE ÔNIBUS TIPO BRT E SUAS ESTAÇÕES	Em BIM-Building Information Modeling)	60.000 m
24	PROJETO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA, CONTEMPLANDO VIAS URBANAS E/OU RODOVIAS	Em BIM-Building Information Modeling)	15.000 m
25	PROJETO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS (PONTE OU VIADUTO OU TÚNEL) -	Em BIM-Building Information Modeling)	40.000,00 m² de tabuleiro
26	PROJETO DE URBANIZAÇÃO	Em BIM-Building Information Modeling)	600.000,00 m²
27	PROJETO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Em BIM-Building Information Modeling)	53.000,00 m²
28	PROJETO DE RESÍDUOS SÓLIOS	Em BIM-Building Information Modeling)	1 und.
29	PROJETO DE INFRAESTRUTURA METROFERROVIÁRIA E/OU ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA ECONOMICA E AMBIENTAL (VLT E/OU BONDE E/OU METRÔ E/OU FERROVIA)	-	8.000 m
30	PROJETO DE BARRAGENS OU DIQUES	-	50.000.000,00 m³ VOLUME ÚTIL
31	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO	-	5.000.000 m²



32	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO	Tecnologia LIDAR	80.000,00 m²
33	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO LASER SCAN	Tecnologia LIDAR	80.000,00 m²
34	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS AMBIENTAIS E ARQUEOLÓGICOS	-	1 und.
35	ESTUDOS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	-	R\$ 50.000.000 (CAPEX)
36	ESTUDOS DE OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS	-	1 und.
37	ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR E/OU PLANO DE DESENVOLVIMENTO	-	1 und.
38	IMAGEAMENTO SATELITAL COM ALTA RESOLUÇÃO	-	300 km²
39	SENSORIAMENTO REMOTO	-	50.000 km²
40	ELABORAÇÃO DE MODELO DIGITAL DE ELEVÇÃO - MDE	-	300 km²
41	DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA WEBGIS	-	2 und.

**9.2.1.** Os atestados deverão conter:

- Razão social e CNPJ do contratante;
- Descrição dos serviços executados;
- Período de execução;
- Declaração de que os serviços foram executados satisfatoriamente;
- Nome, cargo e assinatura do responsável pela emissão.

**9.3. CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, em nome da equipe técnica, que comprove(m):

**a)** Coordenador Geral – profissional sênior com 10 anos de formado em engenharia com especializado em Pós-Graduação Lato Sensu na Plataforma BIM com comprovação por certificados reconhecidos pelo MEC (Ministério da Educação), com experiência comprovada em gerenciamento ou fiscalização de obras e elaboração de projetos na metodologia BIM através de CAT:

- Elaboração de Projetos envolvendo Edificações (exceto habitação) e Infraestrutura Urbana na Metodologia BIM – 2 CATs;
- Gerenciamento ou Fiscalização de Obras de Edificações (exceto habitação) envolvendo metodologia BIM – 1 CAT;
- Gerenciamento ou Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana envolvendo metodologia

BIM – 1 CAT.

**b)** Profissional Sênior - profissional com no mínimo 10 anos de formado em engenharia civil e/ou arquitetura, com experiência comprovada em gerenciamento ou fiscalização de obras na metodologia BIM através de CAT:

- Gerenciamento ou fiscalização de obras na metodologia BIM – 2 CATs;

**c)** Engenheiro(a) de Projetos Sênior - profissional sênior com 10 anos de formado em engenharia civil, com experiência comprovada em elaboração de projetos na metodologia BIM através de CAT:

- Elaboração de Projetos envolvendo Infraestrutura Viária na Metodologia BIM – 1 CATs;
- Elaboração de Saneamento Básico (Drenagem, Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos) – 1 CAT;

**d)** Engenheiro(a) e/ou Arquiteto(a) de Projetos Sênior - profissional sênior com 10 anos de formado em engenharia civil, com experiência comprovada em elaboração de projetos na metodologia BIM através de CAT:

- Elaboração de projetos urbanísticos na Metodologia BIM – 1 CAT;
- Elaboração de projetos de edificações (exceto habitação), contemplando arquitetura, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, estruturas, SPDA, combate a incêndio, climatização, cabeamento estruturado e orçamento na metodologia BIM – 1 CAT;

**e)** Arquiteto(a) Sênior - profissional sênior com 10 anos de formado em arquitetura e urbanismo, com experiência comprovada em elaboração de projetos na metodologia BIM através de CAT:

- Elaboração de plano de desenvolvimento e/ou plano diretor – 1 CAT;
- Elaboração de estudos de parcerias públicos privadas ou operações urbanas consorciadas – 1 CAT.

**f)** Engenheiro(a) Cartógrafo - profissional com 10 anos de formado em engenharia cartográfica, com experiência em sensoriamento remoto e processamento digital de imagens satélites, através de CAT:

- Elaboração de projetos de imageamento com imagens de alta resolução - 1 CAT;
- Elaboração e gestão de projetos de sensoriamento remoto - 1 CAT.

**g)** Engenheiro(a) e/ou Arquiteto(a) de Projetos Sênior - profissional sênior com 10 anos de formado em engenharia civil ou Arquitetura, com experiência em projeto hospitalar em BIM, através de CAT:

- Elaboração de projeto hospitalar em BIM - 1 CAT;

**9.4.** Deverá ser apresentado o diploma de graduação e/ou pós-graduação, quando exigido, além da certidão de registro e quitação do conselho de classe em plena validade e seu vínculo empregatício com a licitante (contrato social, contrato de prestação de serviço ou CTPS).

**9.5.** As experiências deverão ser comprovadas por meio de atestados de capacidade técnica acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT emitida pelo Conselho de Classe competente (CREA e/ou CAU);

**9.6.** A comprovação de vínculo profissional poderá ser feita mediante:

- a)** Contrato social, estatuto ou ato constitutivo (sócio ou diretor);
- b)** Carteira de trabalho e previdência social (empregado);
- c)** Contrato de prestação de serviços (autônomo ou consultor), regido pela legislação civil comum, com prazo de vigência compatível com a execução do objeto licitatório;

**9.7. REGISTRO NO CREA/CAU:** Certidão de registro da empresa no CREA e/ou CAU da região de domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade.

**9.8.** Comprovação apresentando atestado e/ou certificado, de que possua em seu corpo técnico no mínimo 1 (um) Engenheiro(a) ou Arquiteto(a) especializado(a) na Plataforma AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), nos módulos AVA: a) Administração; b) Configurações avançadas; c) Gerenciamento de turmas; d) Gestão de Conteúdos e Aulas; e) Sistema de controle de conteúdo; f)

Gestão de comunidades e fóruns; g) Gestão de projetos; h) Gestão de pesquisas; i) Gestão de Suporte e serviços. Tal exigência se refere ao item 10.1. do Termo de Referência, como forma de atender os requisitos de Treinamento e Adequação Tecnológica.

**9.9.** Comprovação de que possua em seu quadro técnico Engenheiro(a) ou arquiteto(a) especializado com experiência em softwares de BIM relacionados abaixo.

SOFTWARES RELACIONADOS	
ITEM	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA
1	Advance Steel
2	AecCollection
3	Autocad
4	Inventor
5	Civil 3D
6	Factory Design Utilities
7	Infraworks
8	Insight
9	Navisworks
10	Revit
11	RobotStructuralAnalysis Professional
12	Structural Bridge Design
13	EnergyPlus

**9.10.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**9.11.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**9.12.** O CIMINAS se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre os serviços prestados, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos, aditivos, Notas Fiscais e/ou outros documentos comprobatórios da execução dos serviços.

**9.13.** Declaração de que a empresa assume ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da licitação, e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer

questionamentos futuros, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar quaisquer municípios pertencentes ao consórcio.

## **10. A HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**10.1.** Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**10.2.** Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;

**10.3.** Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, da sede da licitante;

**10.4.** Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM), expedida pelo Município sede da licitante;

**10.5.** Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

**10.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

**10.7.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, preferencialmente, com número do CNPJ endereço respectivo, observando-se que:

**10.7.1.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

**10.7.2.** Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial.

## **11. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**11.1.** Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor ou distribuidores da sede da pessoa jurídica, dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão pública inicial da licitação ou dentro do prazo de validade constante do próprio documento.

**11.2.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (nas conformidades do Art. 69, Inciso I da Lei Federal 14.133/2021), apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir.

**11.3.** Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

**11.3.1.** Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 consideradas assim como Sociedades Anônimas ou S/A:

**11.3.2.** Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**11.3.3.** Publicados em Diário Oficial; e

**11.3.4.** Publicados em jornal de grande circulação; ou

**11.3.5.** Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**11.3.6.** Sociedades de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital - SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, de acordo com o disposto no art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2019.

**11.3.7.** Sociedade criada no exercício em curso:

**11.3.7.1.** Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

**11.4.** A comprovação da boa situação financeira da licitante será confirmada por documento assinado pelo contador da licitante legalmente habilitado junto ao CRC (Conselho Regional de Contadores) demonstrando que a empresa apresenta, perante o seu último balanço patrimonial exigível, "Índice de Liquidez Geral (LG)", "Índice de Solvência Geral (SG)" e "Índice de Liquidez Corrente (LC)", segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

**11.4.1.** Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Solvência Geral (SG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

**Legenda:**

**AC = Ativo Circulante**

**PC = Passivo Circulante**

**ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo**

**PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo**

**AT = Ativo Total**

**11.5. JUSTIFICATIVA ÍNDICES CONTÁBEIS** – Os índices contábeis indicados neste edital são os mais utilizados nas contratações públicas e não caracterizam restrição à participação, de acordo



com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).

**11.6.** A comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez) por cento do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**11.7.** Declaração assinada por contador atestando os índices acima calculados.

**11.8.** Além das declarações o licitante deve assinar no sistema eletrônico as seguintes **DECLARAÇÕES:**

**a)** Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14º da lei 14.133/21;

**b)** Estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, sob as penas da lei;

**c)** Que não possui no quadro societário, servidor público da ativa, da administração direta ou indireta da contratante e dos municípios filiados, em atendimento à vedação disposta no inciso XII do artigo 18 da Lei Federal nº 12.708/2012, sendo da sua inteira responsabilidade a fiscalização desta vedação.

**11.9.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**11.10.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**11.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º):

**a)** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**b)** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**11.12.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**11.13.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**11.14.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para

participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**11.15.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**11.16.** As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

**11.17.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**11.18.** Após julgamento da proposta, será aberto o prazo de 2 (duas) horas para os(as) licitantes vencedores(as) para envio dos documentos de Habilitação conforme estabelecido no inciso II, Art. 63 da Lei 14.133/2021.

**11.19.** Quanto aos documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, também serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

**11.20.** Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro Responsável a verificação de documento cuja validade possa ser confirmada via Internet, desde que, na fase de habilitação, a sua verificação seja possível em sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo ser tais documentos juntados ao processo. **11.21.** Todavia, ficará sob sua inteira responsabilidade a acessibilidade aos ditos documentos, podendo a impossibilidade de realização da consulta acarretar sua inabilitação.

## **12. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**12.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, informando a descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

**12.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**12.3.** As propostas cadastradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

**12.4.** Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será **DESCCLASSIFICADA** pelo pregoeiro.

**12.5.** Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**12.6.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**12.7.** O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso

de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal (<https://licitanet.com.br/>) e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às do TERMO DE REFERÊNCIA.

**12.8.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**12.9.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**12.10.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**12.11.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**12.12.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

**12.13.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 7.12.

**12.14.** O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos licitantes ou contratados pode ensejar, após o devido processo legal, a responsabilização junto ao Tribunal de Contas da União, assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

### **13. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**13.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**13.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**13.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**13.4.** Em seguida, iniciará a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**13.5.** O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**13.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**13.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**13.8.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**13.9.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO**.

**13.10.** Para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**13.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**13.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**13.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**13.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**13.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**13.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**13.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**13.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**13.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**13.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

**13.21.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**13.22.** Caso a empresa ou melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**13.23.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas empresas, será realizado sorteio

entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**13.24.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**13.25.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**13.26.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**13.27.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**13.28.** A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro. O Pregoeiro poderá também liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor (es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.

**13.29.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**13.30.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **14. DA FASE DE JULGAMENTO**

**14.1.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

**14.2.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado em 30 de setembro de 2022.

**14.3.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**14.3.1.** Contiver vícios insanáveis.

**14.3.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

**14.3.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

**14.3.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

**14.3.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**14.4.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores



inferiores a 75% (setenta e cinco) do valor orçado pela Administração.

**14.5.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**14.5.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.

**14.5.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**14.5.3.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**14.6.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.

**14.7.** A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**14.8.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**14.9.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**14.10.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**14.11.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**14.12.** Conforme disposto no § 3º do Artigo 17º da Lei Federal de nº 14.133/2021, na fase de julgamento, o Consórcio CIMINAS, poderá em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, exames de conformidade e prova de conceito, amostras, dentre outros testes de interesse, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no Termo de Referência ou no projeto básico.

## **15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

**a)** A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**b)** A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**15.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no

sistema de registro de preços.

**15.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**15.5.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**15.6.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **16. DO RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** As despesas correrão na dotação orçamentária designada por cada Município.

**16.2.** Os valores estimados de preços por Município participante será de 12 (doze) meses e ou 24 (vinte e quatro) meses, caso o CIMINAS, resolva prorrogar a ATA, nas formas do artigo 84º da lei federal 14.133/2021.

## **17. DOS RECURSOS**

**17.1.** Os licitantes poderão apresentar recursos após a fase de habilitação e após a fase de julgamento das propostas.

**17.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133 de 2021.

**17.3.** Serão abertos prazos de manifestação de intenção de recurso em dois momentos, o primeiro após a fase de disputa, e o segundo após a fase de habilitação, as manifestações da fase de disputa serão analisadas após findo o prazo de manifestação na fase de habilitação conforme Art. 40 da IN 73/2022.

**17.4.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**17.5.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**17.5.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**17.5.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

**17.5.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**17.6.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**17.7.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**17.8.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**17.9.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**17.10.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**17.11.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**17.12.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**17.13.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da CIMINAS.

## **18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**18.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa.

**18.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

**18.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra quando solicitado;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- i) Fraudar a licitação;

**18.1.3.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**18.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa,

aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**18.2.1.** Advertência;

**18.2.2.** Multa;

**18.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;

**18.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**18.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**a)** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**b)** As peculiaridades do caso concreto;

**c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**d)** Os danos que dela provierem para a administração pública;

**e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**18.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

**18.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**18.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**18.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1. e 18.1.2. e alínea "a", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**18.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas b, c, d, e, f, g, h e i, bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**18.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita acima, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**18.13.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o

adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**18.14.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**18.15.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento

**18.16.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**18.17.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **19. DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**19.1.** As condições de fornecimento e recebimento do objeto da licitação serão realizadas de acordo com o disposto no **ANEXO I – Termo de Referência**.

## **20. DO PAGAMENTO**

**20.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**20.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**20.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**20.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**20.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**21.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**21.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



**21.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

**21.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**21.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**21.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**21.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**21.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**21.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**21.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, em [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e [ciminas.mg.gov.br/licitacoes](http://ciminas.mg.gov.br/licitacoes).

**21.11.** As adesões são permitidas, desde que haja a anuência do órgão gerenciador/contratante e CONTRATADA.

**21.12.** A eventual alteração quantitativa não implicará modificação do objeto contratado, tampouco ensejará direito à indenização, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

**21.13. PUBLICAÇÃO:** Este edital será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp), no Diário Oficial [ESPECIFICAR QUAL DIÁRIO OFICIAL], e no site do CIMINAS [INSERIR ENDEREÇO DO SITE], conforme art. 54 da Lei 14.133/2021.

**21.14. ANTECEDÊNCIA MÍNIMA:** Este edital foi publicado com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis da data prevista para recebimento das propostas, conforme art. 54, §1º, II da Lei 14.133/2021.

**21.15. ESTRATÉGIA BIM-BR:** Esta contratação está alinhada ao Decreto Federal nº 10.306/2020, que institui a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling (Estratégia BIM-BR), contribuindo para a modernização da infraestrutura pública e para o desenvolvimento tecnológico nacional.

**21.16. SUSTENTABILIDADE:** A contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, conforme previsto no art. 5º da Lei 14.133/2021, contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente:

- a) ODS 7 - Energia Limpa e Acessível;
- b) ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura;
- c) ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- d) ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis;
- e) ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima.

**21.17. ESCLARECIMENTOS:** Os esclarecimentos e informações sobre este Edital serão prestados pelo Agente de Contratação, por meio dos canais oficiais disponibilizados no sistema eletrônico.

**21.18. INTERPRETAÇÃO:** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**21.19. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

**21.20.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I - Termo de Referência;**

**ANEXO II – Ata de Registro de Preço;**

**ANEXO III – Minuta Contratual.**

Araxá/MG, 31 de março de 2026.

ROBSON SOUZA GAMA  
**CIMINAS**

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA PREÂMBULO**

Em atendimento às solicitações dos Municípios consorciados e do próprio **CIMINAS**, por deliberação do Diretor Executivo do Consórcio Interfederativo de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto Federal nº 6.017/2007, e ainda Protocolo e Estatuto inscrita no CNPJ sob o nº 19.493.732/0001-99, integra a administração indireta de todos os entes consorciados, elaboramos o presente Termo de Referência, contendo as informações necessárias para dar subsídio à instauração de procedimento licitatório, **DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, visando à futura e eventual contratação, com fulcro nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023, pelo Sistema de Registro de Preços (**SRP**), na observância às disposições constantes nas portarias mencionadas da CIMINAS.

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA UTILIZANDO METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING) EM ATENDIMENTO AOS ORGAOS DEMANDANTES.**

Conforme exigência legal, o CIMPLA - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Planalto de Araxá realizou pesquisa de preços de mercado junto aos bancos de preços que são disponibilizadas pelos entes federativos e empresas públicas e apurou a estimativa presente na Planilha Orçamentária, para atendimento das cidades que compõem o consórcio. Os valores descritos correspondem a integral e total remuneração que será repassada à empresa contratada a qualquer título, seja de mão de obra, equipamentos, maquinário, veículos e insumos necessários à execução dos serviços conforme este Termo de Referência.

A pesquisa de preços constitui etapa indispensável para a adequada instrução do processo licitatório, conforme prevêm os arts. 6º, XLIX, 23, 46 e 47 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser realizada de forma a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observando-se critérios de economicidade, publicidade e eficiência.

O presente Termo de Referência (TR) foi elaborado em cumprimento ao disposto no art. 40 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e estabelece as condições técnicas, comerciais, administrativas e operacionais para a contratação, pelo Consórcio Interfederativo de Minas Gerais (CIMINAS), de serviços técnicos especializados em engenharia e arquitetura utilizando a metodologia Building Information Modeling (BIM).

Este TR integra o Edital de Pregão Eletrônico e constitui documento vinculante para a execução contratual, estabelecendo direitos e obrigações recíprocas entre o CIMINAS e a futura contratada.

A contratação será realizada mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço global, conforme arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que a presente contratação não se enquadra no Regime Diferenciado de Contratações – RDC, tampouco caracteriza contratação integrada, sendo processada por meio de Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Este documento tem por finalidade definir todos os aspectos técnicos, operacionais e administrativos necessários à perfeita execução dos serviços contratados, servindo como instrumento de orientação para os licitantes na formulação de suas propostas e para a Administração na condução do processo licitatório, celebração da Ata de Registro de Preços e gestão dos contratos dela decorrentes.

## **1. DA CONTRATAÇÃO COMPARTILHADA**

**1.1.** O Consórcio Interfederativo de Minas Gerais, objetivando o atendimento de demanda advinda de seus entes consorciados, torna pública o presente procedimento licitatório, tendo em vista a celeridade na aquisição dos itens pleiteados.

**1.2.** A legislação brasileira que rege as licitações públicas autoriza a realização de licitação compartilhada por consórcio público. O tema já era disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, art. 112, §1º, proveniente de alteração legislativa contida no âmbito da Lei 11.107/2023, que rege os consórcios públicos, e autoriza aos Consórcios Públicos a realização licitação, da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.

**1.3.** O Decreto Federal nº 6.017/2007, que regulamenta a Lei nº 11.107/05 e dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, denota que os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes que se consorciam, admitindo-se, entre outros, os seguintes:

**1.3.1.** A gestão associada de serviços públicos;

**1.3.2.** A prestação de serviços, inclusive de assistência técnica, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;

**1.3.3.** O compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;

**1.3.4.** A produção de informações ou de estudos técnicos;

**1.3.5.** Além disso, ainda no mesmo decreto explana em seu dispositivo legal:

**Art. 19.** Os consórcios públicos, se constituídos para tal fim, podem realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**1.3.6.** A Lei Federal 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) inova ainda mais ao dispor em seu conteúdo jurídico o seguinte:

**Art. 181.** Os entes federativos instituirão centrais de compras, com o objetivo de realizar compras em grande escala, para atender a diversos

órgãos e entidades sob sua competência e atingir as finalidades desta Lei.

**Parágrafo único.** No caso dos Municípios com até 10.000 (dez mil) habitantes, serão preferencialmente constituídos consórcios públicos para a realização das atividades previstas no **caput** deste artigo, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

**1.3.7.** Nesse caso, o consórcio atuará apenas como órgão gerenciador e interessado, com amparo técnico e logístico para os seus consorciados, responsabilizando-se pela condução e gerenciamento dos procedimentos licitatórios.

**1.3.8.** Alcançar este resultado corrobora com o papel desempenhado pelo órgão na busca incessante por melhores práticas nas compras governamentais compartilhadas, com aumento da economia de escala, celeridade e segurança, sempre em observância aos preceitos esculpidos na legislação que envolve a matéria das aquisições públicas coletivas, assunto tão prestigiado na Nova Lei de Licitações que, há muito, parece ser uma realidade para os municípios que integram o CIMINAS.

**1.3.9.** O CIMINAS preza atuar sempre de modo articulado com seus municípios integrantes, gerando credibilidade na gestão de suas compras, assim como conscientizando os consorciados e conveniados a estimarem suas demandas (quantitativos anuais por lotes), o mais próximo à realidade de suas localidades, bem como fiscalizando seus contratos, aplicando penalidades se necessário e, sobretudo, zelando pela segurança jurídica.

**1.3.10.** É necessário ter como primazia às boas práticas públicas, seja nas compras governamentais, onde a Administração Pública deve estabelecer confiança mútua em suas contratações, seja mediante seu papel regulamentador, com uma fiscalização mais atuante e efetiva participação de servidores capacitados para bem exercer suas funções.

**1.3.11.** Por tudo que foi dito, é notória a importância do CIMINAS para os municípios participantes, especialmente, pela articulação de alternativas para as necessidades locais, e, sobretudo, pelas demandas exitosas na área de gestão pública, neste caso especial, na administração geral.

**1.3.12.** Fica assim demonstrado que a economia de escala foi bastante expressiva, não apenas por contribuir com a redução dos gastos públicos, como, também, por favorecer as demandas consorciados e conveniados do CIMINAS.

**1.3.13.** Deste modo, conclui-se que a compra compartilhada a ser realizada pelo CIMINAS é uma estratégia eficiente e eficaz, pois causa diminuição de custos e maior oferta de produto, gerando segurança na hora da execução daquilo que fora contratado, sendo indispensável para os municípios, pois causa diminuição de custos e maior oferta de produto, gerando segurança na hora da execução daquilo que fora contratado, sendo indispensável para os municípios que formalizarem a intenção de Registro de preço.

## **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A contratação visa atender as demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Interfederativo Minas Gerais - CIMINAS é pautada em aspectos legais e econômicos, buscando oferecer uma solução eficiente e integrada para a gestão de compras públicas.



**2.2.** No tocante ao critério de julgamento, salientamos que o **"MENOR PREÇO GLOBAL"**, no âmbito do Sistema de Registro de Preços para prestação de serviços ora licitada, mostra-se a mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, considerando as peculiaridades do objeto e os princípios que regem as contratações públicas.

**2.3.** Dessa forma, os municípios consorciados não apenas obtêm condições econômicas favoráveis, mas também consolidam práticas administrativas modernas, transparentes e orientadas ao uso responsável dos recursos públicos.

**2.14.** A adoção do Sistema de Registro de Preços no processo de aquisição de bens e serviços pela Administração Pública justifica-se pelas inúmeras vantagens trazidas por tal instituto.

**2.16.** Ainda, verifica-se que o edital possibilitará adesões aos itens licitados por Órgãos não participantes do certame. Cumpre esclarecer que em decorrência da natureza jurídica, a permissão de adesões em nossos editais se faz extremamente importante uma vez que essa possibilita a prestação de serviços que se fizerem necessários e que eles, por algum motivo, ainda não conseguiram licitar.

**2.17.** Sobre a modalidade, o pregão eletrônico, por ser uma modalidade de licitação realizada integralmente pela internet, amplia a competitividade do processo, já que fornecedores de diversas localidades podem participar, aumentando as chances de obtenção de um desconto significativo sobre o valor de referência.

**2.18.** A modalidade também assegura uma maior transparência e reduz o risco de fraudes, uma vez que o sistema eletrônico registra todas as etapas do processo e permite o acompanhamento em tempo real pelos órgãos de controle e pela sociedade. Assim, a combinação do pregão eletrônico com o critério de menor preço, portanto, maximiza as chances de alcançar a vantajosidade, ou seja, obter o melhor custo-benefício para a administração pública.

### **3. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**3.1.** Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados em engenharia e arquitetura utilizando metodologia BIM (Building Information Modeling), de forma continuada e sob demanda, mediante Sistema de Registro de Preços, compreendendo:

#### **- LEVANTAMENTO DIAGNÓSTICO TÉCNICO E CADASTRAL**

Levantamento planialtimétrico cadastral georreferenciado (ABNT NBR 13133), incluindo os seguintes insumos e ferramentas: disponibilização e processamento de imagens e dados adquiridos por satélites de alta resolução para áreas de interesse, aquisição e processamento de imagens e dados geoespaciais adquiridos por sensores aerotransportados, processamento e compatibilização dos dados geoespaciais adquiridos e levantamento com Unidade: Km<sup>2</sup>. Quantidade estimada: 125.145,00 Km<sup>2</sup>. LEVANTAMENTO COM SCANLASER: 90.000 m<sup>2</sup>.

#### **- PROJETOS TÉCNICOS EM BIM (BUILDING INFORMATION MODELING)**

Elaboração de projetos executivos completos em BIM (arquitetônico, estrutural, instalações elétricas, hidrossanitárias, gases, SPDA, prevenção incêndio, climatização, terraplanagem, drenagem, pavimentação, sistema de esgotamento sanitário, iluminação pública), LOD 400, com simulação 4D (cronograma) e 5D (custos). Unidade: m<sup>2</sup>. Quantidade estimada: 1.710.000,00 m<sup>2</sup>.

#### **- TREINAMENTO TECNICO DE EQUIPES**

Implantação de ambiente comum de dados (CDE), treinamento de servidores municipais em ferramentas BIM, capacitação em visualização de modelos e suporte técnico contínuo. Unidade: Pessoas. Quantidade estimada: 200 pessoas.

**- GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DE OBRAS**

Acompanhamento técnico in loco, fiscalização de conformidade com projetos, registro fotográfico, relatórios de acompanhamento e atualização as-built. Unidade: mês. Quantidade estimada: 480 meses.

**- SUBSCRIÇÃO ANUAL DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES**

Subscrição de licença de uso anual da plataforma webgis integrada ao BIM e subscrição de licença de uso anual de aplicativo móvel de coleta de dados geoespacializados. Unidade: licenças. Quantidade estimada: 420 licenças.

**3.2. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS**

**3.2.1.** Cada item de serviço compreende as seguintes atividades, entregas e responsabilidades:

**ITEM 01 - LEVANTAMENTO DIAGNÓSTICO TÉCNICO E CADASTRAL**

- Georreferenciamento no sistema SIRGAS 2000/UTM Local;
- Cadastro de redes existentes (água, esgoto, drenagem, energia, telefonia);
- Levantamento arquitetônico de edificações existentes (quando aplicável);
- Integração com Sistema de Informações Geográficas (SIG) municipal;
- Entrega: Arquivo digital DWG, shapefile, relatório técnico com ART/RRT;
- Cobertura Satelital de alta resolução para áreas de interesse RGB e NIR com resolução espacial de mínimo 50 cm e geração de MDE e MDS com apoio de campo;
- Cobertura aerofotogramétrica RGB na escala 1:1.000 (GSD < 10cm), através de voo tripulado ou não, para área de interesse, com Lidar e com processamento e geração de nuvens de pontos, MDE e MDS;
- Processamento e compatibilização dos dados geoespaciais adquiridos para carga na plataforma WebGIS;
- Serviços técnicos em sensoriamento remoto e geoprocessamento para avaliação das áreas de interesse, geração de ortomosaicos de alta resolução, curvas de nível, dados altimétricos e classificação de uso e cobertura do solo;
- Serviços técnicos especializados para a elaboração de análises de impactos ambientais decorrentes das intervenções previstas nos estudos e projetos, incluindo identificação de fatores ambientais relevantes, avaliação de impactos potenciais, proposição de medidas mitigadoras, diretrizes de licenciamento e subsídios técnicos para tomada de decisão, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- Disponibilização de plataforma WebGIS integrada ao BIM;
- Disponibilização de aplicativo móvel de coleta de dados geoespacializados integrado a plataforma WebGIS.

**ITEM 02 - MODELAGEM BIM 3D, 4D E 5D**

- Modelagem arquitetônica completa LOD 400 (Autodesk Revit, ArchiCAD ou equivalente);
- Modelagem estrutural LOD 400 integrada com cálculo estrutural;

- Modelagem de instalações elétricas, hidrossanitárias, SPDA, prevenção incêndio, iluminação pública);
- Modelagem de sistemas especiais (climatização, automação, quando aplicável);
- Modelagem infraestrutura (estrutural, terraplanagem, drenagem, pavimentação, sistema de esgotamento sanitário);
- Simulação 4D: cronograma de execução vinculado ao modelo 3D;
- Simulação 5D: extração automática de quantitativos e orçamento detalhado;
- Análise de desempenho conforme NBR 15575/2013 (térmico, acústico, lumínico);
- Entrega: Modelo BIM nativo (RVT/ACH), IFC 4.0, plantas DWG, PDF, quantitativos Excel, cronograma MS Project.

### **ITEM 03 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS**

- Detecção automática de interferências via Navisworks, Solibri ou similar;
- Reuniões de coordenação entre disciplinas (mínimo 3 por projeto);
- Resolução de 100% das incompatibilidades antes da aprovação;
- Análise crítica de soluções técnicas com registro de decisões;
- Geração de relatórios de clash e status da coordenação;
- Aprovação final do modelo federado compatibilizado;
- Entrega: Modelo federado NWD/IFC, relatórios de clash, atas de reunião.

### **ITEM 04 - TREINAMENTO E SUPORTE EM PLATAFORMA CDE**

- Implantação de plataforma CDE (BIM 360, Trimble Connect, Autodesk Construction Cloud ou equivalente);
- Treinamento presencial/online de servidores: 20 horas/pessoa (mínimo);
- Conteúdo: visualização BIM, navegação no modelo, extração de informações, análise de interferências;
- Criação de biblioteca municipal de componentes BIM padronizados;
- Elaboração de manuais e procedimentos operacionais;
- Suporte técnico contínuo durante vigência da ata (telefone, e-mail, remoto);
- Entrega: Certificados de conclusão, manuais, biblioteca BIM, acesso à plataforma CDE.

### **ITEM 05 - GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DE OBRAS**

- Acompanhamento técnico in loco (mínimo 2 visitas/mês por obra);
- Fiscalização de conformidade com projetos executivos BIM;
- Registro fotográfico georreferenciado das etapas;
- Relatórios mensais de acompanhamento com análise de progresso físico;
- Conferência de medições e boletins de medição;
- Controle de qualidade de materiais e serviços;
- Atualização do modelo BIM com as-built (como efetivamente construído);
- Entrega: Relatórios mensais, registros fotográficos, modelo as-built LOD 500, ART/RRT de fiscalização.

## **ITEM 06 - CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA SOB DEMANDA**

### **Consultoria Técnica em BIM**

- Análises estruturais avançadas (FEM, modelagem não-linear);
- Simulações energéticas (BEM - Building Energy Modeling) e certificação Procel Edifica;
- Análises acústicas, luminotécnicas e de conforto térmico;
- Especificações técnicas detalhadas de materiais e sistemas construtivos;
- Orçamentação especializada e composições de custos;
- Pareceres técnicos e laudos especializados;
- Assessoria para certificações sustentáveis (LEED, AQUA, Selo Casa Azul);

Entrega: Relatórios técnicos, simulações, pareceres com ART/RRT.

### **Consultoria Técnica De Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento**

- Processamento e interpretação de imagens orbitais e aéreas (correções, índices espectrais, composições);
- Classificação de uso e cobertura da terra, incluindo técnicas supervisionadas e machine learning;
- Monitoramento ambiental: detecção de mudanças, desmatamento, queimadas, processos erosivos e expansão urbana;
- Análises espaciais avançadas em SIG: modelagem hidrológica, geostatística, proximidade e multicritério;
- Integração e processamento de dados de drones e LiDAR: ortomosaicos, MDT/MDS e nuvens de pontos;
- Estruturação de bases cartográficas e geodatabases conforme normas técnicas;
- Produção de mapas temáticos, relatórios geoespaciais e dashboards interativos (webGIS).

### **Consultoria Técnica para Análises de Impactos Ambientais**

- Diagnósticos ambientais dos meios físico, biótico e socioeconômico;
- Identificação e avaliação de impactos ambientais utilizando métodos reconhecidos (matrizes, checklists, redes);
- Modelagens ambientais: dispersão atmosférica, hidrossedimentologia, qualidade da água e fragmentação de habitats;
- Elaboração de planos e programas ambientais (PBA, PCA, PRAD e monitoramentos);
- Integração e coordenação de estudos para EIA/RIMA e demais instrumentos de licenciamento.

## **ITEM 07 – SUBSCRIÇÃO ANUAL DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES**

### **Subscrição de licença de uso anual da plataforma webgis integrada ao Bim**

- Acesso a plataforma WebGIS com visualização, análise e edição de dados geoespacializados;
- Integração com modelos BIM, permitindo sincronização e georreferenciamento;
- Ferramentas de análise espacial, consultas temáticas e gestão de camadas;
- Colaboração online com controle de permissões e versionamento;
- Armazenamento seguro em nuvem, atualizações contínuas e suporte técnico;

### **Subscrição de licença de uso anual de aplicativo móvel de coleta de dados geoespacializados**

- Coleta de dados georreferenciados em campo com registro de pontos, fotos e atributos;

- Formulários customizáveis e sincronização com WebGIS, inclusive em modo offline;
- Navegação em mapas, controle de qualidade dos dados e integração com SIGs externos;
- Gestão de usuários e atualizações contínuas do aplicativo.

#### **4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** Conforme art. 6º, inciso XLIV da Lei nº 14.133/2021, os serviços objeto deste TR classificam-se como:

- Natureza: Serviços Técnicos Especializados de Engenharia e Arquitetura;
- Regime: Prestação de serviços contínuos e sob demanda;
- Modalidade: Pregão Eletrônico (art. 6º, XLVII);
- Tipo: Menor Preço Global;
- Sistema: Registro de Preços (arts. 82 a 86);
- Divisibilidade: Não divisível (justificado no ETP);
- Dedicção exclusiva: Não exigida.

#### **5. CONTEXTUALIZAÇÃO E NECESSIDADE**

**5.1.** A contratação fundamenta-se na necessidade imperativa dos municípios consorciados ao CIMINAS de acessar serviços técnicos especializados em BIM, conforme demonstrado no Diagnóstico Social e no Estudo Técnico Preliminar, que identificaram:

- 72% dos municípios não possuem engenheiro ou arquiteto no quadro permanente;
- 93% não possuem profissionais com conhecimento em metodologia BIM;
- 81% relatam aditivos contratuais em obras por falhas de projeto;
- 15% de sobre custo médio em obras públicas por incompatibilização (TCU);
- Defasagem tecnológica crítica e ausência de ferramentas digitais de gestão;
- Necessidade de alinhamento com a Estratégia Nacional BIM-BR (Decreto nº 10.306/2020).

**5.2.** Além disso, a prática corrente dos programas federais de investimentos, inclusive no âmbito do Novo PAC, tem exigido, por meio de sistemas como o Transferegov.br e plataformas setoriais de monitoramento de obras, a indicação precisa da localização dos empreendimentos para análise, priorização, liberação de recursos e prestação de contas, o que, na prática, pressupõe o georreferenciamento das obras e projetos.

**5.3.** Nesse contexto, a disponibilização de uma plataforma integrada GeoBIM, com repositório georreferenciado de todos os estudos, projetos e obras, não constitui apenas inovação tecnológica, mas requisito instrumental para aderência às diretrizes federais de transparência, controle e gestão territorial, bem como para o adequado enquadramento dos investimentos às exigências normativas e operacionais da União.

#### **6. ENQUADRAMENTO LEGAL**

**6.1.** A contratação enquadra-se perfeitamente no arcabouço jurídico vigente:

**Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)**

- Art. 5º: Princípios da eficiência, economicidade e inovação



- Art. 11: Critérios de sustentabilidade
- Art. 18: Planejamento da contratação (ETP)
- Art. 40: Termo de Referência
- Art. 46: Práticas de sustentabilidade e inovação tecnológica
- Arts. 82-86: Sistema de Registro de Preços

**Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007**

- Autorizam consórcios públicos a realizar licitações e contratar serviços de interesse comum dos entes consorciados.

**Decreto nº 6.666/2008 e Decreto nº 12.402/2025**

- Estabelece a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e orienta os órgãos e entidades da administração pública federal a produzirem, organizarem e compartilharem dados geoespaciais padronizados.

**Decreto nº 10.306/2020 - Estratégia BIM-BR**

- Institui a Estratégia Nacional de Disseminação do BIM, estabelecendo metas de adoção progressiva em obras públicas.

**NBR 15575/2013 e NBR ISO 19650**

- Normas técnicas obrigatórias que exigem análise de desempenho de edificações e gestão da informação ao longo do ciclo de vida, viabilizadas pela metodologia BIM.

## **7. BENEFÍCIOS ESPERADOS**

**7.1.** A contratação produzirá os seguintes benefícios mensuráveis:

- Redução de 15% dos custos com obras públicas (eliminação de aditivos);
- Redução de 30% do prazo de elaboração de projetos;
- Redução de 70% de aditivos contratuais por falhas de projeto;
- Melhoria da qualidade das edificações públicas (conformidade NBR 15575);
- Transparência total do processo de projeto e execução (rastreadibilidade);
- Capacitação de aproximadamente 200 servidores municipais em BIM;
- Economia de 30-40% com energia em novas edificações;
- Alinhamento com Agenda 2030 (ODS 7, 9, 11, 12, 13).

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**8.1.** A solução contratada contempla o ciclo de vida completo de projetos e obras dos municípios, desde a concepção até a operação e manutenção, estruturada em 6 fases integradas:

### **FASE 1 - LEVANTAMENTO E DIAGNÓSTICO TÉCNICO E CADASTRAL**

Levantamento topográfico remoto, cadastro de redes, cobertura Satelital de alta resolução para áreas de interesse. Cobertura aerofotogramétrica. Serviços técnicos em sensoriamento remoto, geoprocessamento e análise ambiental. Disponibilização de plataforma WebGIS e aplicativo móvel integrados ao BIM. Diagnóstico técnico.

### **FASE 2 - MODELAGEM BIM 3D/4D/5D**

Projetos executivos completos, simulações temporais e de custos.

### **FASE 3 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO**

Clash detection, resolução de interferências, validação técnica.

### **FASE 4 - TREINAMENTO E SUPORTE CDE**

Capacitação de servidores, implantação de plataforma colaborativa.

### **FASE 5 - GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

Acompanhamento de obras, controle de qualidade, atualização as-built.

### **FASE 6 - CONSULTORIA ESPECIALIZADA**

Análises avançadas, certificações, pareceres técnicos.

**8.2.** A contratada deverá fornecer solução completa e integrada, incluindo softwares, licenças de visualização, plataforma CDE, treinamento e suporte técnico contínuo, garantindo autonomia progressiva aos municípios.

## **9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** As declarações obrigatórias conforme Lei 14.133/2021, são atestadas pelo licitante no ato de cadastramento da proposta via sistema, não havendo necessidade de envio de declarações em conjunto aos documentos de habilitação.

**9.2.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira são:

**9.2.1.** Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com as respectivas alterações, se houver, devidamente registrado e arquivado na repartição competente.

**9.2.2.** Poderá ser apresentada somente a última alteração contratual, em atendimento ao subitem anterior, desde que esteja devidamente consolidada às demais alterações.

**9.2.3. OBSERVAÇÃO:** O(s) ramo(s) de atividade(s) constante(s) do Objeto Social (principal e/ou secundárias) deverá(ão) ser compatível(is) com o objeto ora licitado.

**9.2.4.** Documentos pessoais dos sócios administradores.

## **10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**10.1.** As exigências de qualificação técnica foram definidas de forma proporcional, razoável e estritamente vinculada à complexidade e à natureza do objeto, não configurando restrição indevida à competitividade, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

**10.2. CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico - CAT, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU:

ACERVO TÉCNICO MÍNIMO REQUERIDO			
ITEM	DISCIPLINA	ESPECIFICAÇÃO	ÁREA MÍNIMA
1	GERENCIAMENTO E/OU FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DE EMPREENDIMENTOS/ EDIFICAÇÕES PÚBLICOS	Em BIM-Building Information Modeling)	40.000,00 m²

2	COORDENAÇÃO DE PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE INFRAESTRUTURA PÚBLICA OU EDIFICAÇÕES PÚBLICAS (EXCETO HABITACIONAL)	Em BIM-Building Information Modeling)	100.000,00 m²
3	COORDENAÇÃO DE PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE INFRAESTRUTURA PÚBLICA OU EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	Em BIM-Building Information Modeling)	50.000,00 m²
4	PROJETO DE ARQUITETURA E DE ACESSIBILIDADE DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS (EXCETO HABITACIONAL)	Em BIM-Building Information Modeling)	40.000,00 m²
5	PROJETO DE ARQUITETURA	Em BIM-Building Information Modeling)	22.500,00 m²
6	PROJETO DE SISTEMA VIÁRIO E ACESSIBILIDADE	Em BIM-Building Information Modeling)	20.000,00 m²
7	PROJETO COMPLEMENTARES DE EDIFICAÇÕES (EXCETO HABITACIONAL), CONTEMPLANDO ESTRUTURAS (CONCRETO E METÁLICO), CONTEMPLANDO INSTALAÇÃO HIDROSSANITÁRIO, IMPERMEABILIZAÇÃO PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, INSTAÇÕES ELÉTRICAS, SPDA, VENTILAÇÃO, EXAUSTÃO, CLIMATIZAÇÃO, CABEAMENTO ESTRUTURADO, AUTOMAÇÃO E LÓGICA E ORÇAMENTO	Em BIM-Building Information Modeling)	40.000,00 m²
8	PROJETO DE ESTRUTURA DE CONCRETO	Em BIM-Building Information Modeling)	10.000,00 m²
9	PROJETO DE INSTALAÇÃO HIDROSSANITÁRIO	Em BIM-Building Information Modeling)	45.000,00 m²
10	PROJETO DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E CATÁSTROFE	Em BIM-Building Information Modeling)	40.000,00 m²
11	PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	Em BIM-Building Information Modeling)	45.000,00 m²
12	PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS SPDA	Em BIM-Building Information Modeling)	10.000,00 m²
13	PROJETO DE VENTILAÇÃO, EXAUSTÃO E CLIMATIZAÇÃO	Em BIM-Building Information Modeling)	20.000,00 m²
14	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, AUTOMAÇÃO E LÓGICA EM EDIFÍCIOS	Em BIM-Building Information Modeling)	40.000,00 m²
15	PROJETO DE GASES MEDICINAIS	Em BIM-Building Information Modeling)	4.000,00 m²
16	PROJETO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Em BIM-Building Information Modeling)	40.000 m
17	PROJETO DE REDE COLETORA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Em BIM-Building Information Modeling)	40.000 m

18	PROJETO DE TERRAPLENAGEM	Em BIM-Building Information Modeling)	30.000,00 m²
19	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	Em BIM-Building Information Modeling)	30.000,00 m²
20	PROJETO DE MICRODRENAGEM	Em BIM-Building Information Modeling)	15.000,00
21	PROJETO DE MACRODRENAGEM	Em BIM-Building Information Modeling)	15.000,00
22	PROJETO DE CANAIS PARA DRENAGEM URBANA	Em BIM-Building Information Modeling)	2.000,00
23	PROJETO DE MOBILIDADE URBANA, CONTEMPLANDO CORREDORES DE ÔNIBUS TIPO BRT E SUAS ESTAÇÕES	Em BIM-Building Information Modeling)	60.000 m
24	PROJETO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA, CONTEMPLANDO VIAS URBANAS E/OU RODOVIAS	Em BIM-Building Information Modeling)	15.000 m
25	PROJETO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS (PONTE OU VIADUTO OU TÚNEL) -	Em BIM-Building Information Modeling)	40.000,00 m² de tabuleiro
26	PROJETO DE URBANIZAÇÃO	Em BIM-Building Information Modeling)	600.000,00 m²
27	PROJETO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Em BIM-Building Information Modeling)	53.000,00 m²
28	PROJETO DE RESÍDUOS SÓLIOS	Em BIM-Building Information Modeling)	1 und.
29	PROJETO DE INFRAESTRUTURA METROFERROVIÁRIA E/OU ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA ECONOMICA E AMBIENTAL (VLT E/OU BONDE E/OU METRÔ E/OU FERROVIA)	-	8.000 m
30	PROJETO DE BARRAGENS OU DIQUES	-	50.000.000,00 m³ VOLUME ÚTIL
31	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO	-	5.000.000 m²
32	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO	Tecnologia LIDAR	80.000,00 m²
33	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO LASER SCAN	Tecnologia LIDAR	80.000,00 m²
34	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS AMBIENTAIS E ARQUEOLÓGICOS	-	1 und.
35	ESTUDOS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	-	R\$ 50.000.000 (CAPEX)
36	ESTUDOS DE OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS	-	1 und.

37	ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR E/OU PLANO DE DESENVOLVIMENTO	-	1 und.
38	IMAGEAMENTO SATELITAL COM ALTA RESOLUÇÃO		300 km²
39	SENSORIAMENTO REMOTO		50.000 km²
40	ELABORAÇÃO DE MODELO DIGITAL DE ELEVAÇÃO - MDE		300 km²
41	DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA WEBGIS		2 und.

**10.2.1.** Os atestados deverão conter:

- Razão social e CNPJ do contratante;
- Descrição dos serviços executados;
- Período de execução;
- Declaração de que os serviços foram executados satisfatoriamente;
- Nome, cargo e assinatura do responsável pela emissão.

**10.3. CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, em nome da equipe técnica, que comprove(m):

**a)** Coordenador Geral – profissional sênior com 10 anos de formado em engenharia com especializado em Pós-Graduação Lato Sensu na Plataforma BIM com comprovação por certificados reconhecidos pelo MEC (Ministério da Educação), com experiência comprovada em gerenciamento ou fiscalização de obras e elaboração de projetos na metodologia BIM através de CAT:

- Elaboração de Projetos envolvendo Edificações (exceto habitação) e Infraestrutura Urbana na Metodologia BIM – 2 CATs;
- Gerenciamento ou Fiscalização de Obras de Edificações (exceto habitação) envolvendo metodologia BIM – 1 CAT;
- Gerenciamento ou Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana envolvendo metodologia BIM – 1 CAT.

**b)** Profissional Sênior - profissional com no mínimo 10 anos de formado em engenharia civil e/ou arquitetura, com experiência comprovada em gerenciamento ou fiscalização de obras na metodologia BIM através de CAT:

- Gerenciamento ou fiscalização de obras na metodologia BIM – 2 CATs;

**c)** Engenheiro(a) de Projetos Sênior - profissional sênior com 10 anos de formado em engenharia civil, com experiência comprovada em elaboração de projetos na metodologia BIM através de CAT:

- Elaboração de Projetos envolvendo Infraestrutura Viária na Metodologia BIM – 1 CATs;
- Elaboração de Saneamento Básico (Drenagem, Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos) – 1 CAT;



**d)** Engenheiro(a) e/ou Arquiteto(a) de Projetos Sênior - profissional sênior com 10 anos de formado em engenharia civil, com experiência comprovada em elaboração de projetos na metodologia BIM através de CAT:

- Elaboração de projetos urbanísticos na Metodologia BIM – 1 CAT;
- Elaboração de projetos de edificações (exceto habitação), contemplando arquitetura, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, estruturas, SPDA, combate a incêndio, climatização, cabeamento estruturado e orçamento na metodologia BIM – 1 CAT;

**e)** Arquiteto(a) Sênior - profissional sênior com 10 anos de formado em arquitetura e urbanismo, com experiência comprovada em elaboração de projetos na metodologia BIM através de CAT:

- Elaboração de plano de desenvolvimento e/ou plano diretor – 1 CAT;
- Elaboração de estudos de parcerias públicos privadas ou operações urbanas consorciadas – 1 CAT.

**f)** Engenheiro(a) Cartógrafo - profissional com 10 anos de formado em engenharia cartográfica, com experiência em sensoriamento remoto e processamento digital de imagens satélites, através de CAT:

- Elaboração de projetos de imageamento com imagens de alta resolução - 1 CAT;
- Elaboração e gestão de projetos de sensoriamento remoto - 1 CAT.

**g)** Engenheiro(a) e/ou Arquiteto(a) de Projetos Sênior - profissional sênior com 10 anos de formado em engenharia civil ou Arquitetura, com experiência em projeto hospitalar em BIM, através de CAT:

- Elaboração de projeto hospitalar em BIM - 1 CAT;

**10.4.** Deverá ser apresentado o diploma de graduação e/ou pós-graduação, quando exigido, além da certidão de registro e quitação do conselho de classe em plena validade e seu vínculo empregatício com a licitante (contrato social, contrato de prestação de serviço ou CTPS).

**10.5.** As experiências deverão ser comprovadas por meio de atestados de capacidade técnica acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT emitida pelo Conselho de Classe competente (CREA e/ou CAU);

**10.6.** A comprovação de vínculo profissional poderá ser feita mediante:

- a)** Contrato social, estatuto ou ato constitutivo (sócio ou diretor);
- b)** Carteira de trabalho e previdência social (empregado);
- c)** Contrato de prestação de serviços (autônomo ou consultor), regido pela legislação civil comum, com prazo de vigência compatível com a execução do objeto licitatório;

**10.7. REGISTRO NO CREA/CAU:** Certidão de registro da empresa no CREA e/ou CAU da região de domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade.

**10.8.** Comprovação apresentando atestado e/ou certificado, de que possua em seu corpo técnico no mínimo 1 (um) Engenheiro(a) ou Arquiteto(a) especializado(a) na Plataforma AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), nos módulos AVA: a) Administração; b) Configurações avançadas; c) Gerenciamento de turmas; d) Gestão de Conteúdos e Aulas; e) Sistema de controle de conteúdo; f) Gestão de comunidades e fóruns; g) Gestão de projetos; h) Gestão de pesquisas; i) Gestão de Suporte e serviços. Tal exigência se refere ao item 10.1. do Termo de Referência, como forma de atender os requisitos de Treinamento e Adequação Tecnológica.

**10.9.** Comprovação de que possua em seu quadro técnico Engenheiro(a) ou arquiteto(a)

especializado com experiência em softwares de BIM relacionados abaixo:

SOFTWARES RELACIONADOS	
ITEM	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA
1	Advance Steel
2	AecCollection
3	Autocad
4	Inventor
5	Civil 3D
6	Factory Design Utilities
7	Infraworks
8	Insight
9	Navisworks
10	Revit
11	RobotStructuralAnalysis Professional
12	Structural Bridge Design
13	EnergyPlus

**10.10.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**10.11.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**10.12.** O CIMINAS se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre os serviços prestados, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos, aditivos, Notas Fiscais e/ou outros documentos comprobatórios da execução dos serviços.

**10.13.** Declaração de que a empresa assume ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da licitação, e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar quaisquer municípios pertencentes ao consórcio.

## **11. A HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**11.1.** Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**11.2.** Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;

**11.3.** Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, da sede da licitante;

**11.4.** Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM), expedida pelo Município sede da licitante;

**11.5.** Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

**11.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

**11.7.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, preferencialmente, com número do CNPJ endereço respectivo, observando-se que:

**11.7.1.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

**11.7.2.** Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial.

## **12. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**12.1.** Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor ou distribuidores da sede da pessoa jurídica, dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão pública inicial da licitação ou dentro do prazo de validade constante do próprio documento.

**12.2.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (nas conformidades do Art. 69, Inciso I da Lei Federal 14.133/2021), apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir.

**12.3.** Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

**12.3.1.** Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 consideradas assim como Sociedades Anônimas ou S/A:

**12.3.2.** Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**12.3.3.** Publicados em Diário Oficial; e

**12.3.4.** Publicados em jornal de grande circulação; ou

**12.3.5.** Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**12.3.6.** Sociedades de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital - SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, de acordo com o disposto no art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2019.

**12.3.7.** Sociedade criada no exercício em curso:

**12.3.7.1.** Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

**12.4.** A comprovação da boa situação financeira da licitante será confirmada por documento assinado pelo contador da licitante legalmente habilitado junto ao CRC (Conselho Regional de Contadores) demonstrando que a empresa apresenta, perante o seu último balanço patrimonial exigível, "Índice de Liquidez Geral (LG)", "Índice de Solvência Geral (SG)" e "Índice de Liquidez Corrente (LC)", segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

**12.4.1.** Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Solvência Geral (SG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

**Legenda:**

**AC = Ativo Circulante**

**PC = Passivo Circulante**

**ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo**

**PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo**

**AT = Ativo Total**

**12.5. JUSTIFICATIVA ÍNDICES CONTÁBEIS** – Os índices contábeis indicados neste edital são os mais utilizados nas contratações públicas e não caracterizam restrição à participação, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).

**12.6.** A comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez) por cento do valor estimado

da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**12.7.** Declaração assinada por contador atestando os índices acima calculados.

**12.8.** Além das declarações o licitante deve assinar no sistema eletrônico as seguintes **DECLARAÇÕES:**

**a)** Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14º da lei 14.133/21;

**b)** Estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, sob as penas da lei;

**c)** Que não possui no quadro societário, servidor público da ativa, da administração direta ou indireta da contratante e dos municípios filiados, em atendimento à vedação disposta no inciso XII do artigo 18 da Lei Federal nº 12.708/2012, sendo da sua inteira responsabilidade a fiscalização desta vedação.

**12.9.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**12.10.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**12.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º):

**a)** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**b)** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**12.12.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**12.13.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**12.14.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**12.15.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



**12.16.** As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

**12.17.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**12.18.** Após julgamento da proposta, será aberto o prazo de 2 (duas) horas para os(as) licitantes vencedores(as) para envio dos documentos de Habilitação conforme estabelecido no inciso II, Art. 63 da Lei 14.133/2021.

**12.19.** Quanto aos documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, também serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

**12.20.** Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro Responsável a verificação de documento cuja validade possa ser confirmada via Internet, desde que, na fase de habilitação, a sua verificação seja possível em sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo ser tais documentos juntados ao processo.

**12.21.** Todavia, ficará sob sua inteira responsabilidade a acessibilidade aos ditos documentos, podendo a impossibilidade de realização da consulta acarretar sua inabilitação

### **13. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS**

**13.1.** A contratação deverá considerar os seguintes impactos socioambientais positivos:

- Redução de desperdício de materiais pela quantificação precisa (economia de recursos naturais);
- Melhoria da eficiência energética das edificações (redução de emissões de CO<sub>2</sub>);
- Estímulo à economia local pela priorização de fornecedores regionais quando tecnicamente viável;
- Capacitação de servidores públicos municipais (desenvolvimento de capital humano local);
- Melhoria da qualidade de vida da população com edificações mais confortáveis e eficientes;
- Contribuição para Agenda 2030 e mitigação de mudanças climáticas.

### **14. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**14.1.** Em cumprimento ao art. 11 da Lei nº 14.133/2021, a contratação observará os seguintes critérios de sustentabilidade:

#### **14.1.1. Sustentabilidade Ambiental**

- Especificação de materiais de baixo impacto ambiental e com certificação ambiental;
- Priorização de materiais reciclados, recicláveis e/ou biodegradáveis;
- Gestão de resíduos da construção civil conforme Resolução CONAMA nº 307/2002;
- Sistemas de reuso de água e aproveitamento de águas pluviais;
- Especificação de espécies vegetais nativas em projetos paisagísticos;
- Análise de ciclo de vida (ACV) dos materiais quando economicamente viável.

#### **14.1.2. Eficiência Energética**

- Simulação energética (BEM) obrigatória para edificações acima de 500 m<sup>2</sup>;
- Especificação de iluminação LED e sistemas de automação;

- Dimensionamento de sistemas fotovoltaicos quando viável;
- Aquecimento solar de água em edificações com alta demanda (escolas, UBS);
- Análise de conforto térmico e ventilação natural (redução de climatização);
- Busca de certificação Procel Edifica nível A quando economicamente viável.

#### **14.1.3. Responsabilidade Social**

- Capacitação de servidores municipais (transferência de conhecimento);
- Priorização de mão de obra local na fiscalização de obras;
- Acessibilidade universal conforme NBR 9050;
- Conforto ambiental para usuários (térmico, acústico, lumínico);
- Estímulo à economia local e geração de emprego e renda.

### **15. ESTIMATIVA DE VALOR**

**15.1.** Valor Global Estimado: **R\$ 133.901.373,48 (cento e trinta e três milhões novecentos e noventa e um mil trezentos e setenta e três reais e quarenta e oito centavos).**

**15.2.** Este valor representa o limite máximo da Ata de Registro de Preços para o período de 12 meses. A contratação efetiva será por demanda, mediante Autorização de Fornecimento (AF), sem garantia de valor mínimo.

**15.3.** Composição de Preços por Item: Conforme identificado no Anexo IV - Planilha Orçamentária.

#### **15.4. Fundamentação da Estimativa**

**15.4.1.** Os preços foram estimados com base em pesquisa de preços que considerou:

- Cotações de no mínimo 3 empresas especializadas em BIM;
- Consulta ao Painel de Preços do Governo Federal;
- Tabelas referenciais SINAPI e SEINFRA-MG (quando aplicável);
- Índices de mercado e publicações técnicas especializadas.

### **16. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**16.1.** Recebimento Provisório:

**16.1.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato mediante:

- Entrega de todos os produtos previstos na Autorização de Fornecimento;
- Conferência de conformidade técnica básica (formatos, completude, organização);
- Emissão de Termo de Recebimento Provisório em até 5 dias úteis;
- Início do prazo para análise técnica detalhada (15 dias úteis).

#### **16.2. Recebimento Definitivo**

**16.2.1.** O recebimento definitivo ocorrerá após análise técnica detalhada que verificará:

- Conformidade com especificações técnicas deste TR;
- Atendimento aos níveis LOD especificados;
- Compatibilização de 100% das disciplinas (zero clashes);
- Conformidade com normas técnicas (NBR 15575, ISO 19650, etc.);
- Qualidade e completude das entregas;

- Apresentação de ART/RRT dos responsáveis técnicos;

**16.2.2.** Prazo para recebimento definitivo: 15 dias úteis após recebimento provisório. O fiscal emitirá Termo de Recebimento Definitivo ou Notificação de Não Conformidades.

### 16.3. Critérios de Conformidade por Item

Item	Critério de Aceitação	Forma de Verificação
01	Precisão 5 cm de resolução espacial para imagens adquiridas por aerolevantamento; Precisão 50 cm de resolução espacial para imagem Satelital e nível máximo de 20% de cobertura de nuvem, SIRGAS2000, Relatório ART	Análise dos parâmetros técnicos adotados nos relatórios gerados.
02	LOD 400, IFC 4.0 válido, 100% compatibilizado	Verificação em software BIM e clash detection
03	Zero clashes críticos, relatórios completos	Análise de relatórios e modelo federado
04	Certificados emitidos, CDE operacional	Teste de acesso e verificação de certificados
05	Relatórios mensais, fotos, modelo as-built	Análise de relatórios e conformidade
06	Pareceres com ART, simulações válidas	Análise técnica especializada

**16.3.1.** Em caso de não conformidade, a contratada terá prazo de 15 dias úteis para correção, sem ônus adicional ao CIMINAS.

## 17. DEVERES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

### 17.1. Obrigações da Contratada

- Executar os serviços com qualidade, observando rigorosamente as especificações deste TR;
- Manter equipe técnica qualificada com profissionais habilitados (CREA/CAU);
- Apresentar ART/RRT de todos os serviços executados;
- Fornecer e manter atualizada a plataforma CDE durante toda a vigência da ata;
- Fornecer licenças de visualização BIM para todos os municípios;
- Realizar treinamentos conforme cronograma acordado;
- Responder dúvidas técnicas em até 48 horas;
- Manter sigilo de informações conforme LGPD;
- Atender prazos estabelecidos nas Autorizações de Fornecimento;
- Refazer serviços com não conformidades sem ônus adicional;
- Manter regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução;
- Comunicar imediatamente qualquer impedimento à execução dos serviços;
- Acatar orientações do fiscal do contrato;
- Responsabilizar-se por danos causados ao CIMINAS ou a terceiros.

### 17.2. Obrigações do Contratante

- Emitir Autorização de Fornecimento (AF) com especificações claras e completas;
- Fornecer informações e documentos necessários à execução dos serviços;
- Proporcionar acesso a terrenos, edificações e instalações quando necessário;

- Designar fiscal e gestor do contrato;
- Efetuar pagamentos nos prazos estabelecidos;
- Notificar formalmente a contratada sobre eventuais falhas;
- Comunicar alterações de endereço, telefone ou e-mail;
- Indicar servidores para participação em treinamentos.

## **18. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

### **18.1. Estrutura de Fiscalização**

**18.1.1.** A fiscalização da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes será exercida por:

- **Gestor da Ata de Registro de Preços:** Servidor do CIMINAS designado para coordenação geral do SRP;
- **Fiscal Técnico:** Engenheiro ou arquiteto do município contratante, responsável pela fiscalização técnica dos serviços;
- **Fiscal Administrativo:** Servidor responsável pelo acompanhamento administrativo e financeiro;
- **Fiscais Setoriais:** Quando necessário, profissionais especializados para fiscalização de serviços específicos.

### **18.2. Instrumentos de Controle**

- Plataforma CDE (acompanhamento online de projetos);
- Reuniões mensais de acompanhamento (presenciais ou remotas);
- Relatórios mensais da contratada;
- Vistorias técnicas in loco (quando aplicável);
- Checklists de conferência de entregas;
- Registro de ocorrências e não conformidades;
- Medições mensais;
- Pesquisa de satisfação semestral.

### **18.3. Relatórios e Registros Obrigatórios**

- Relatório mensal da contratada (até 5º dia útil do mês seguinte);
- Relatório do fiscal técnico (mensal);
- Relatório do gestor da ata (semestral);
- Registro de ocorrências (quando necessário);
- Boletins de medição (mensal);
- Termos de recebimento (provisório e definitivo);
- Avaliação de desempenho (anual).

## **19. PRAZO DE EXECUÇÃO**

**19.1.** Os prazos de execução dos serviços são:

**19.1.1.** Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses contados da data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

### 19.2. Prazos por Item de Serviço:

Item	Serviço	Prazo de Execução
01	Levantamento e Diagnóstico Técnico e Cadastral	35 dias úteis por área de até 150 Km²
02	Modelagem BIM Completa	60 dias corridos por edificação de até 1.000 m²
03	Coordenação/Compatibilização	30 dias corridos por projeto
04	Treinamento	20 horas/pessoa conforme cronograma
05	Fiscalização	Contínuo durante execução da obra
06	Consultoria	Conforme AF (máximo 60 dias úteis)

**19.3.** Os prazos específicos serão detalhados em cada Autorização de Fornecimento (AF), podendo ser ajustados conforme complexidade e porte do serviço, sempre com anuência prévia do CIMINAS.

## 20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**20.1.** O descumprimento de obrigações contratuais sujeitará a contratada às seguintes sanções, conforme arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021:

### 20.1.1. Infrações Administrativas

- Atraso injustificado na execução dos serviços;
- Execução deficiente ou incorreta dos serviços;
- Não apresentação de ART/RRT;
- Descumprimento de especificações técnicas;
- Indisponibilidade da plataforma CDE por mais de 12 horas mensais;
- Não correção de não conformidades no prazo estabelecido;
- Inexecução total ou parcial do contrato.

### 20.1.2. Penalidades Aplicáveis

**Advertência:** Para infrações leves, por escrito, com prazo para correção;

**Multa de 0,5% por dia de atraso:** Sobre o valor da parcela em atraso, até o limite de 10%;

**Multa de 10%:** Sobre o valor total do contrato em caso de inexecução parcial;

**Multa de 20%:** Sobre o valor total do contrato em caso de inexecução total;

**Suspensão temporária:** Impedimento de licitar e contratar com a Administração por até 3 anos;

**Declaração de inidoneidade:** Para infrações graves, impedimento por até 5 anos.

### 20.1.3. Procedimento de Aplicação

- Notificação à contratada com descrição da infração e prazo para defesa (5 dias úteis);
- Análise da defesa pelo fiscal e parecer fundamentado;
- Decisão da autoridade competente (Presidente do CIMINAS);
- Registro no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores);
- As sanções são independentes e cumulativas;
- Valores de multas serão descontados de pagamentos devidos ou cobrados judicialmente.

## 21. GESTÃO DO CONTRATO



### 21.1. Alocação de Riscos:

21.1.1. A alocação de riscos entre as partes segue o princípio da parte que melhor pode gerenciá-lo:

Risco	Responsável	Mitigação
Qualidade técnica dos serviços	Contratada	Controle de qualidade interno
Atrasos por falha da contratada	Contratada	Planejamento adequado
Disponibilidade da plataforma CDE	Contratada	SLA 99,5% e backup
Informações incorretas fornecidas	Contratante	Validação prévia
Atraso em aprovações internas	Contratante	Prazos definidos
Mudanças regulatórias	Compartilhado	Repactuação quando cabível
Força maior/caso fortuito	Compartilhado	Suspensão temporária
Variação cambial (softwares)	Contratante	Reajuste anual

### 21.1.2. Métodos de Acompanhamento

- Monitoramento online via plataforma CDE (acesso 24/7);
- Reuniões mensais de acompanhamento;
- Relatórios mensais estruturados;
- Indicadores de desempenho (KPIs): prazo, qualidade, satisfação;
- Pesquisas de satisfação semestrais;
- Auditorias técnicas quando necessário;
- Art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- Designação formal de gestor e fiscais.

### 21.1.3. Mecanismos de Comunicação

- E-mail institucional: contato formal oficial;
- Plataforma CDE: comunicação técnica e compartilhamento de arquivos;
- Reuniões presenciais/online: alinhamentos estratégicos;
- Telefone: comunicações urgentes;
- Sistema de chamados: suporte técnico e dúvidas;
- Prazo de resposta: 48 horas para comunicações técnicas, 24h para urgências.

## 22. DISPOSIÇÕES FINAIS

- Este Termo de Referência integra o Edital de Pregão Eletrônico nº 009/2026 e vincula as partes;
- Casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021 e normas complementares;
- A contratada não poderá subcontratar os serviços sem autorização prévia do CIMINAS;

- Vedada a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário servidor do CIMINAS (art. 14, III);
- A contratação não gera vínculo empregatício entre a contratada e o CIMINAS.

Araxá/MG, 31 de março de 2026.

---

**ROBSON SOUZA GAMA**  
**CIMINAS**



## **ANEXO II**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026**

#### **MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2026**

O **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS**, consórcio público de direito público, CNPJ 19.493.732/0001-99, com sede na Rua Antônio Alves da Costa, nº 300, Vila São Pedro, Araxá/MG, CEP 38183-058, neste ato representado pelo seu Presidente devidamente constituído em assembleia Sr. Frederico Ozanan Rangel, brasileiro, Prefeito Municipal de Santa Rosa da Serra/MG – CEP 38.805-000, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico nº 009/2026, para REGISTRO DE PREÇOS, Processo Administrativo nº 019/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) \_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_ com sede à \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ por seu sócio proprietário Sr.(a) \_\_\_\_\_, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, em conformidade com as disposições a seguir:

#### **1. DO OBJETO**

**1.1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA UTILIZANDO METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING) EM ATENDIMENTO AOS ORGAOS DEMANDANTES.**

#### **2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** Deverão estar incluídos no preço todos os insumos necessários para a execução do objeto desta licitação, tais como impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a avença, sem ônus adicional para a Administração.

**2.2.** Especificação detalhada do objeto, será conforme especificada no Termo de Referência.

**2.3.** Todos os serviços que serão entregues pela detentora desta Ata serão nas formalidades do Termo de Referência anexo neste edital e estarão nas conformidades de cada Ordem de Fornecimento emitida por cada município aderente.

**2.4.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de, eventualmente, algum local para prestação de serviços seja mais distante ou de difícil acesso.

**2.5.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### **3. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS**

**3.1.** A existência de preços registrados implicará no compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, termo de referência e na proposta vencedora do certame, mas não obrigará a contratação, sendo esta, facultada aos municípios integrantes deste consórcio, ou de outros entes federativos que assim o requisitarem.

**3.2.** O Licitante Detentor da Ata de Registro de Preços (ARP), doravante denominado CONTRATADA, estará obrigado a retirar as respectivas notas de empenhos e a celebrar o Eventual Contrato ou instrumento equivalente que poderão advir com os órgãos participantes, doravante denominados Municípios Contratantes, nas condições estabelecida neste Termo de Referência e na própria Ata (ARP), observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação.

**3.3.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo das penalidades aplicáveis ao caso.

**3.4.** O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE.

**3.5.** Quando da necessidade de contratação nos termos contratuais instituídos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, os ordenadores de despesas dos Municípios, órgãos CONTRATANTES, deverão consultar ao CIMINAS (Órgão Gerenciador) através de sua COORDENADORIA DE LICITAÇÕES para obter a indicação do Licitante Detentor da ARP, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

**3.6.** A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.7.** Os órgãos e entidades poderão aderir a esta Ata de Registro de Preços na condição de não participantes do consórcio, desde que observados os requisitos previstos no artigo art. 86 da Lei nº 14.133 de 2021.

**3.8.** O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.9.** Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **4. DO REGIME DE EXECUÇÃO E/OU FORMA DE FORNECIMENTO**

**4.1.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preço deverá atentar para o cumprimento dos parâmetros solicitados e exaustivamente percorridos no Termo de Referência do processo licitatório, uma vez que, a aceitação do objeto vincula-se ao fiel atendimento das especificações contidas nele e somente serão aceitos se atenderem aos padrões exigidos e forem entregues dentro do prazo estabelecido.

**4.2.** Verificada desconformidade dos produtos fornecidos, a empresa detentora da Ata de Registro de Preço deverá efetuar as devidas correções ou substituições no prazo máximo de 3 (três) dias

úteis após a comunicação oficial, sem ônus para o Consórcio e/ou Município, podendo ser prorrogado pelo Consórcio e/ou Município, mediante solicitação.

**4.3.** A aceitação do objeto não exclui a responsabilidade civil por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

## **5. DO PRAZO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**5.1.** O local e prazo de execução do objeto será conforme estabelecido no Termo de Referência, cujas especificações serão informadas nas ordens/autorizações de serviço, emitidas no decorrer do tempo de vigência da Ata de Registro de Preços, sendo que, a responsabilidade pelo recebimento, será do funcionário oportunamente indicado pelo Município aderente.

**5.2.** Caso a empresa detentora da Ata não possa cumprir com os prazos estipulados nas ordens de serviço, deverá apresentar justificativa por escrito, até 02 (dois) dias do vencimento do prazo de início da prestação de serviços descritos no objeto, ficando a critério do Consórcio e/ou Município a sua aceitação.

**5.3.** Ao não cumprir os prazos estipulados para refazimento de serviços caso ocorra sem justificativa formal aceita pelo Consórcio e/ou Município, decairá seu direito de fornecimento, sujeitando-se às penalidades previstas neste instrumento.

## **6. DA VALIDADE DA ATA**

**6.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, nos termos do Art. 84 da Lei 14.133/2021 contado a partir do 1º dia útil subsequente à sua publicação, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

## **7. REVISÃO E CANCELAMENTO**

**7.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

**7.2.** Os preços registrados poderão ser revistos nas seguintes hipóteses: caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.3.** Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

**7.4.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**7.5.** O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



**7.6.** Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

**7.7.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.

**7.8.** Caso haja a redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual.

**7.9.** No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**7.10.** Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

**7.11.** Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

**7.12.** Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

**7.13.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**7.14.** O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

- a)** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b)** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c)** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d)** Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.15.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 7.12 e 7.13, e será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**7.16.** O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

- a)** Por razão de interesse público;
- b)** Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- c)** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

## **8. DAS PENALIDADES**

- 8.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 8.2.** As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 8.3.** Compete ao órgão gerenciador aplicar penalidades relativas à ata, e aos órgãos contratantes aquelas decorrentes dos contratos..

## **9. DO PAGAMENTO:**

- 9.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 9.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 9.6.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento definitivo do serviço e/ou objeto decorrente da presente ata

## **10. CONDIÇÕES GERAIS**

- 10.1.** As demais condições gerais do fornecimento, encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 10.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.
- 10.3.** Os órgãos participantes do presente registro de preços encontram-se listados no edital
- 10.4.** Os preços registrados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 1 (um) ano, mediante aplicação de índice oficial previsto no edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... ( ) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinadas pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX - XX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

**CIMINAS**

**[Assinatura Representante(s) Legal(is) do(s) Fornecedor(es) Registrado(s)]**

**ANEXO III**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026  
MINUTA DE CONTRATO XXX/XXX**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.....,  
QUE FAZEM ENTRE SI A XXXXXXXXXXXX, POR  
INTERMÉDIO DO (A) E .....

A ..... por intermédio do(a) ..... com sede no(a), na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de .... de ..... de 20..., portador do CPF nº..... e RG nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 019/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 009/2026, Ata de Registro de Preço...../XXXX mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia e arquitetura utilizando metodologia BIM (BUILDING INFORMATION MODELING), nas conformidades descritas no Termo de Referência que são parte integrante desta Ata, nas condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 009/2026 e Ata de Registro de Preço...../.....

**1.2.** Objeto da contratação:

ITEM	QTDE	UNID.	CÓD.	DESCRIÇÃO	VR. UNIT.	VR. TOTAL

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a)** O Termo de Referência;
- b)** O Edital da Licitação;
- c)** A Proposta;
- d)** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e Ata de Registro de Preço, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** A subcontratação somente será admitida se expressamente prevista no Termo de Referência, devendo limitar-se a parcelas acessórias do objeto, sem prejuízo da responsabilidade integral do contratado pela execução contratual..

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

**5.1.** O valor total da contratação é de R\$...... ( )

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**6.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento definitivo do objeto, mediante atesto da execução e apresentação de nota fiscal.

**6.2.** O pagamento está condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista do contratado.

**6.3.** É vedado o pagamento por serviços não executados ou não devidamente atestados..

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / (DD/MM/AAAA).

**7.2.** Após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**7.9.** O reajuste não exclui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente comprovado, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, sendo ônus do contratado demonstrar o desequilíbrio mediante documentação idônea.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

**8.1.** São obrigações do Contratante:

**8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

**8.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

**8.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

**8.1.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**8.1.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

**8.1.7.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

**8.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**8.1.9.** A Administração deverá decidir os requerimentos no prazo razoável, devidamente motivado, observado o princípio da eficiência e da duração razoável do processo administrativo..

**8.1.10.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

**8.1.11.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



**8.1.12.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**9.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**9.2.1. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**9.2.2. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.2.4. Multa:**

**a)** Moratória de ....% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... ( ) dias;

**b)** Moratória de ....% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de ....% ( por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**b.1)** O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei no 14.133, de 2021.

**c)** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 9.1, de ....% a % do valor do Contrato.

**d)** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 9.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.

e) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 9.1, a multa será de % a ...% do valor do Contrato.

f) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 9.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.

g) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 9.1, a multa será de ....% a % do valor do Contrato.

**9.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**9.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**9.9.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

**a)** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**b)** As peculiaridades do caso concreto;

**c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**d)** Os danos que dela provierem para o Contratante;

**e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**9.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação

ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**9.14.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**9.15.** A aplicação das sanções observará os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e devido processo legal, conforme entendimento consolidado dos órgãos de controle.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**10.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**10.2.** A eventual necessidade de continuidade da execução deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, vedada a prorrogação automática do contrato..

**10.2.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a)** Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b)** Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**10.3.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- a)** Gestão/Unidade:
- b)** Fonte de Recursos:
- c)** Programa de Trabalho:
- d)** Elemento de Despesa:

e) Plano Interno:

f) Nota de Empenho:

**11.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**12.1.** Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei nº 14.133/2021, princípios do direito administrativo, jurisprudência dos tribunais de contas e, subsidiariamente, pelas normas de direito privado..

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

**13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

**14.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO (art. 92, §1º)**

**15.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Comum em ....., para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

**ANEXO IV**  
**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA**

ITEM	QTDE	UNID.	CÓD.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / SERVIÇO	VR. UNIT. (R\$)	VR. TOTAL (R\$)
<b>LEVANTAMENTO DIAGNÓSTICO TÉCNICO E CADASTRAL</b>						
1	20.000,0000	km <sup>2</sup>	24400	DISPONIBILIZAÇÃO DE IMAGENS E DADOS GEOESPACIAIS ADQUIRIDOS POR SATÉLITES	R\$ 174,3800	R\$ 3.487.600,00
2	200,0000	km <sup>2</sup>	24401	AQUISIÇÃO DE IMAGENS E DADOS GEOESPACIAIS POR SENSORES AEROTRANSPORTADOS	R\$ 5.129,1700	R\$ 1.025.834,00
3	20.200,0000	km <sup>2</sup>	24402	PROCESSAMENTO E COMPATIBILIZAÇÃO DOS DADOS GEOESPACIAIS ADQUIRIDOS	R\$ 7,0700	R\$ 142.814,00
4	90.000,0000	m <sup>2</sup>	24403	LEVANTAMENTO COM SCANLASER	R\$ 35,9900	R\$ 3.239.100,00
<b>PROJETOS TÉCNICOS EMBIM (BUILDING INFORMATION MODELING)</b>						
5	45.000,0000	m <sup>2</sup>	24404	PROJETO DE ARQUITETURA EM BIM	R\$ 165,5200	R\$ 7.448.400,00
6	45.000,0000	m <sup>2</sup>	25130	PROJETO DE ARQUITETURA HOSPITALAR EM BIM	R\$ 166,5200	R\$ 7.470.900,00
7	45.000,0000	m <sup>2</sup>	24405	PROJETO ESTRUTURAL METÁLICO EM BIM	R\$ 128,9900	R\$ 5.804.550,00
8	45.000,0000	m <sup>2</sup>	25131	PROJETO ESTRUTURAL EM CONCRETO EM BIM	R\$ 128,9900	R\$ 5.804.550,00
9	90.000,0000	m <sup>2</sup>	24406	PROJETO ELÉTRICO EM BIM	R\$ 128,8900	R\$ 11.600.100,00
10	90.000,0000	m <sup>2</sup>	24407	PROJETO HIDROSSANITÁRIO EM BIM	R\$ 90,4300	R\$ 8.138.700,00
11	90.000,0000	m <sup>2</sup>	24408	PROJETO DE GÁS EM BIM	R\$ 31,0900	R\$ 2.798.100,00
12	45.000,0000	m <sup>2</sup>	24409	PROJETO DE GASES MEDICINAIS	R\$ 48,5000	R\$ 2.182.500,00
13	90.000,0000	m <sup>2</sup>	24410	PROJETO DE VENTILAÇÃO E AR-CONDICIONADO EM BIM	R\$ 39,6200	R\$ 3.565.800,00
14	45.000,0000	m <sup>2</sup>	24411	PROJETO DE PRESSURIZAÇÃO E EXAUSTÃO EM BIM	R\$ 28,7800	R\$ 1.295.100,00
15	180.000,0000	m <sup>2</sup>	24412	PROJETO TERRAPLANAGEM EM BIM	R\$ 15,6300	R\$ 2.813.400,00
16	90.000,0000	m <sup>2</sup>	24413	PROJETO DE DRENAGEM PROFUNDA EM BIM	R\$ 17,5900	R\$ 1.583.100,00
17	90.000,0000	m <sup>2</sup>	24414	PROJETO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	R\$ 14,6200	R\$ 1.315.800,00
18	90.000,0000	m <sup>2</sup>	24415	PROJETO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	R\$ 14,6200	R\$ 1.315.800,00
19	90.000,0000	m <sup>2</sup>	24416	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM BIM	R\$ 14,1400	R\$ 1.272.600,00
20	90.000,0000	m <sup>2</sup>	24417	PROJETO ILUMINAÇÃO PÚBLICA – RDU	R\$ 16,2100	R\$ 1.458.900,00
21	90.000,0000	m <sup>2</sup>	24418	PROJETO ILUMINAÇÃO PÚBLICA – REDE EXCLUSIVA IP	R\$ 14,9900	R\$ 1.349.100,00
22	90.000,0000	m <sup>2</sup>	24419	PLANEJAMENTO 4D	R\$ 46,3700	R\$ 4.173.300,00



23	90.000,0000	m²	24420	PLANEJAMENTO 5D	R\$ 46,3700	R\$ 4.173.300,00
24	90.000,0000	m²	24421	COMPATIBILIZAÇÃO EM BIM	R\$ 14,0400	R\$ 1.263.600,00
<b>TREINAMENTO TÉCNICO DE EQUIPES</b>						
25	120,0000	h	24422	REVIT – INTRODUÇÃO E INTERFACE DO REVIT	R\$ 1.979,2700	R\$ 237.512,40
26	120,0000	h	24423	REVIT – MODELAGEM 3D PARA ARQUITETURA	R\$ 1.894,4200	R\$ 227.330,40
27	120,0000	h	24424	REVIT – CRIAÇÃO DE FAMÍLIAS PARA ARQUITETURA	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
28	120,0000	h	24425	REVIT – MEP – HIDROSSANITÁRIO (BÁSICO)	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
29	120,0000	h	24426	REVIT – MEP – ELÉTRICA (BÁSICO)	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
30	120,0000	h	24427	REVIT – MEP – MECÂNICA (BÁSICO)	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
31	120,0000	h	24428	REVIT – CRIAÇÃO DE FAMÍLIAS MEP	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
32	120,0000	h	24429	REVIT – DOCUMENTAÇÃO AVANÇADA	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
33	120,0000	h	24430	REVIT – ESTRUTURAL BÁSICO	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
34	120,0000	h	24431	REVIT – ESTRUTURAL AVANÇADO	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
35	120,0000	h	24432	REVIT – ESTUDO DE MASSAS	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
36	120,0000	h	24433	NAVISWORKS – NAVIS BÁSICO	R\$ 1.979,2700	R\$ 237.512,40
37	120,0000	h	24434	NAVISWORKS – NAVIS AVANÇADO	R\$ 1.979,2700	R\$ 237.512,40
38	120,0000	h	24435	AUTODESK CONSTRUCTION CLOUD – BUILD	R\$ 1.981,8400	R\$ 237.820,80
39	120,0000	h	24436	AUTODESK CONSTRUCTION CLOUD – DOCS	R\$ 1.981,8400	R\$ 237.820,80
40	120,0000	h	24437	AUTODESK CONSTRUCTION CLOUD – TAKEOFF	R\$ 1.981,8400	R\$ 237.820,80
41	120,0000	h	24438	AUTODESK CONSTRUCTION CLOUD – COLLABORATE	R\$ 1.981,8400	R\$ 237.820,80
42	120,0000	h	24439	OUTROS – ROBOT STRUCTURAL ANALYSIS	R\$ 1.978,6100	R\$ 237.433,20
43	120,0000	h	24440	OUTROS – CIVIL 3D BÁSICO	R\$ 1.966,9700	R\$ 236.036,40
44	120,0000	h	24441	OUTROS – CIVIL 3D AVANÇADO	R\$ 1.966,9700	R\$ 236.036,40
45	120,0000	h	24442	OUTROS – INFRAWORKS	R\$ 1.993,5300	R\$ 239.223,60
46	120,0000	h	24443	OUTROS – DYNAMO	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
47	120,0000	h	24444	OUTROS – FORMIT	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
48	120,0000	h	24445	OUTROS – RECAP	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
49	120,0000	h	24446	OUTROS – INSIGHT	R\$ 1.985,9600	R\$ 238.315,20
50	120,0000	h	24447	OUTROS – 3DS MAX	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40

51	120,0000	h	24448	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – INTRODUÇÃO A CONCEITOS E PROCESSOS EM BIM	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
52	120,0000	h	24449	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – GESTÃO DE PESSOAS E CULTURA	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
53	120,0000	h	24450	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – GESTÃO DA INFORMAÇÃO, QUALIDADE E INDICADORES	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
54	120,0000	h	24451	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – PROTOCOLOS E NORMAS BIM DE OBRAS PÚBLICAS	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
55	120,0000	h	24452	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – ESTUDOS DE VIABILIDADE E ANÁLISES	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
56	120,0000	h	24453	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – PROCESSOS E FLUXOS DE PROJETOS	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
57	120,0000	h	24454	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – PROCESSOS DE ORÇAMENTAÇÃO	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
58	120,0000	h	24455	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – PLANEJAMENTO E UTILIZAÇÃO DO BIM NA OBRA	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
59	120,0000	h	24456	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – IMPLEMENTAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EM BIM	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
60	120,0000	h	24457	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – GESTÃO DE CONTRATOS	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
<b>GESTÃO DE NÚCLEO TÉCNICO BIM - GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DE OBRAS</b>						
61	5.280,0000	h	24458	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 163,8800	R\$ 865.286,40
62	5.280,0000	h	24459	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 134,1800	R\$ 708.470,40
63	13.200,0000	h	24460	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 127,9900	R\$ 1.689.468,00
64	5.280,0000	h	24461	ARQUITETO DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 135,1900	R\$ 713.803,20
65	5.280,0000	h	24462	ARQUITETO DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 127,9900	R\$ 675.787,20
66	13.200,0000	h	24463	ARQUITETO DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 120,2900	R\$ 1.587.828,00
67	26.400,0000	h	24464	TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 36,0500	R\$ 951.720,00
68	13.200,0000	h	24465	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 47,8500	R\$ 631.620,00
69	13.200,0000	h	24466	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 50,8100	R\$ 670.692,00
70	13.200,0000	h	24467	AUXILIAR DE TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 22,5300	R\$ 297.396,00
71	5.280,0000	h	24468	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 24,0800	R\$ 127.142,40
72	200,0000	KM²	24470	SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA DE SENSORIAMENTO REMOTO E GEOPROCESSAMENTO.	R\$ 437,3000	R\$ 87.460,00
73	200,0000	KM²	24471	SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE ANÁLISES DE IMPACTOS AMBIENTAIS.	R\$ 644,7400	R\$ 128.948,00

SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE USO DE PLATAFORMA						
74	12,0000	serv.	24472	SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE USO ANUAL DA PLATAFORMA WEBGIS INTEGRADA AO BIM.	R\$ 99.056,0000	R\$ 1.188.672,00
75	124,0000	serv.	24473	SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE USO ANUAL DE APLICATIVO MÓVEL DE COLETA DE DADOS GEOESPACIALIZADOS.	R\$ 5.248,1700	R\$ 650.773,08
BDI DE ACORDO COM TCU E TCE-MG						
76	1,0000	taxa	24937	BDI – REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA COM METODOLOGIA BIM.	R\$ 30.013.272,40 00	R\$ 30.013.272,40
VALOR TOTAL ESTIMADO						133.901.373,48



